

Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas  
Curso de Direito  
Núcleo de Pesquisa e Monografia

EDER SILVA BEZERRA

COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES CONTRA A  
HONRA PRATICADOS POR MEIO DA INTERNET: análise do  
precedente CC 106.625

BRASÍLIA  
2011

EDER SILVA BEZERRA

COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES CONTRA A  
HONRA PRATICADOS POR MEIO DA INTERNET: análise do  
precedente CC 106.625

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito do  
Centro Universitário de Brasília  
Orientador: Prof. Humberto Fernandes de Moura

BRASÍLIA  
2011

EDER SILVA BEZERRA

COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES CONTRA A  
HONRA PRATICADOS POR MEIO DA INTERNET: análise do  
precedente CC 106.625

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito do  
Centro Universitário de Brasília  
Orientador: Prof. Humberto Fernandes de Moura

Brasília, de outubro de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Humberto Fernandes de Moura  
Orientador

Prof. José Carlos Veloso Filho

Examinador

Prof. Marcus Vinícius  
Examinador

A Deus, Pai Todo-Poderoso e infinito em misericórdia, por Seu Filho, Jesus Cristo, Sumo Sacerdote Altíssimo e Fiel Intercessor, que tem sido o meu suporte e guia em cada momento da vida.

À minha querida e amada esposa, Sime Maria, e aos meus queridos e amados filhos, Mateus e Lucas, pela compreensão, amor e carinho compartilhados no dia-a-dia.

Aos meus pais: João Dias Bezerra, in memoriam, e Dorcelia Antonia Silva Bezerra, pelo amor e atenção dedicados.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao professor Humberto Fernandes de Moura pela grande ajuda e paciência na orientação acadêmica que contribuiu de modo substancial para a conclusão desta monografia.

Aos demais professores e colegas de Faculdade que de alguma forma contribuíram para a consecução deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....9

1. INTERNET.....11

1.1 O que é a Internet?.....11

1.2 Funcionamento da Internet.....17

1.3 Provedores.....20

1.4 Redes sociais .....23

2. CRIMES DE INFORMÁTICA E CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS POR MEIO DA INTERNET .....28

2.1 O que são crimes de informática?.....28

2.2 Crimes próprios e impróprios.....30

2.3 Crimes contra a honra praticados por meio da Internet.....32

2.3.1 Calúnia.....34

2.3.2 Difamação .....39

2.3.3 Injúria.....	40
3. CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS POR MEIO DA INTERNET E ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	42
3.1 Conceito de Competência.....	42
3.2 Determinação do Local do Crime.....	44
3.3 Precedente CC 106.625 .....	50
3.4 Análise do precedente CC 106.625 .....	53
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS .....	64

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar a questão que envolve a definição da competência penal para julgar e processar crimes praticados contra a honra por meio da Internet. Destaca-se nesse estudo, o papel da Internet e das redes sociais como meios de perpetração de crimes, ora denominados crimes de informática. Além disso, estuda-se a classificação e formas de consumação dos crimes contra a honra praticados com o uso da Grande Rede. Apresentam-se, também, conceitos sobre competência e fixação do lugar do crime praticado desse modo, atentando-se para alguns elementos que a distinguem da criminalidade tradicional: a velocidade com a qual o crime é praticado; o volume de dados e/ou quantia monetária envolvida; e a distância a partir da qual ele pode ser cometido, bem como a sua abrangência. Nesse sentido, busca-se clarear o entendimento acerca da determinação do local do crime, analisando-se o precedente CC 106625 e, do mesmo modo, as teorias existentes e adotadas no Brasil para esse desiderato, nas legislações penal e processual penal. Propõem-se, ao final do trabalho, algumas melhorias para tornar mais objetivo a decisão do magistrado na fixação da competência penal nesses delitos.

Palavras-chaves: Penal, Processo Penal, Internet, Competência, Lugar do Crime, Crimes de Informática, Provedores, Redes Sociais, Crimes Contra a Honra, Teoria do Resultado, Teoria da Ubiquidade.

## ABSTRACT

This paper aims to examine the issue involving the definition of criminal jurisdiction to try and prosecute crimes against the honor through the Internet. Outstanding feature of this study, the role of the Internet and social networking as a means of committing crimes, sometimes called computer crimes. In addition, we study the forms of classification and the consummation of honor crimes committed with the use of the Great Network. We present also concepts of competence and setting the scene of the crime committed in this way, paying attention to some elements that distinguish it from traditional crime: the speed with which the crime is committed, the volume of data and / or amount money involved, and the distance from which it can be done, as well as its scope. In this sense, we seek to clarify the understanding of the determination of the crime scene, analyzing the decision CC 106,625 in the same way, the existing theories and practices adopted in Brazil for this goal, the laws criminal and procedural criminal. Are proposed at the end of work, some improvements to make more objective the decision of the magistrate in determining criminal jurisdiction in these crimes.

Keywords: Criminal. Criminal Proceeding. Internet. Jurisdiction. Place of Crime. Crimes

Computers. Providers. Social Networking. Honor Crimes. Theory of Income. Theory of Ubiquity.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a questão que envolve a definição da competência penal para julgar e processar crimes praticados contra a honra por meio da Internet. Destaca-se nesse estudo, do mesmo modo, as teorias existentes e adotadas no Brasil para a fixação do local do crime.

A motivação para estudar o referido tema originou-se da minha longa experiência, mais de 25 (vinte e cinco) anos na área de tecnologia da informação, fruto da minha primeira formação acadêmica, da convergência entre esta área e o direito, bem assim de conversas com professores das áreas de direito processual penal e direito penal acerca da dificuldade em se determinar a competência para julgamento dos ilícitos penais praticados por meio da Internet.

Nesse cenário novo em que a sociedade pós-moderna vive, estudar o referido tema é importante para o Direito Penal e, também, para a sociedade, pois trata-se de um problema que tende a se expandir e ocupar relevo nas discussões envolvendo governo, sociedade, Estado, soberania, informática e direito.

Nesse contexto, a determinação do foro competente para processar o infrator que comete delitos contra a honra utilizando-se da Internet é assunto relevante que possui espaço a preencher nos debates, congressos, seminários e pesquisas científicas que já ocorrem nesta Era da Informação.

A temática que se pretende estudar envolve discussões doutrinárias e jurisprudenciais que colocam em relevo o advento da Internet, seus impactos decorrentes, a determinação da competência nos casos de crimes contra a honra praticados com o uso da Internet e o precedente CC 106.625.

Ademais, considerando a diversidade e amplitude da Internet nesse novo ambiente propício ao crime, afirma-se que a tecnologia deve ser utilizada para a prevenção ao combate dos referidos delitos, bem assim que haja efetividade na determinação da competência para o julgamento dos ilícitos penais.

Assim, por estarem cada vez mais presentes no dia a dia dos juristas e operadores do Direito, merecem atenção as questões relativas à determinação da competência do juízo para o tratamento dos crimes contra a honra praticados por meio da Internet no âmbito penal.

Diante desse tema desafiador, procurou-se dividir o presente trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda a Internet, seu funcionamento, redes sociais e provedores, bem como o inter-relacionamento entre esses temas e sua repercussão no mundo jurídico, quando envoltas nos crimes virtuais.

O capítulo segundo conceitua crimes de informática e crimes contra a honra. Diferenciam-se os primeiros em crimes próprios e impróprios, citando as idéias esposadas por alguns dos principais doutrinadores que estudam o tema. Neste mesmo capítulo, em seguida,

passa-se a conceituar e analisar os crimes contra a honra utilizando-se da legislação penal comum e doutrina, a fim de se clarear a classificação, diferenças e formas de consumação desses delitos.

No último capítulo do presente trabalho, conceitua-se jurisdição e competência, e como se dá a determinação do lugar do crime nesses casos. Por fim, analisa-se o precedente CC 106.625 à luz da legislação penal e processual penal, além da doutrina, com vistas a verificar se os argumentos utilizados para resolver o conflito de competência negativo foram os mais adequados ao caso.

Sem a pretensão de esgotar o tema, o referido trabalho busca apontar algumas alternativas por ocasião da análise do precedente retrocitado, quanto à fixação da competência penal para julgar e processar crimes contra a honra praticados por meio da Internet, além de elucidar alguns conceitos técnicos que permeiam o ambiente cibernético entrelaçando-o com o mundo jurídico, no particular, com o direito penal e processual penal.

## 1. INTERNET

O presente trabalho tem por objetivo analisar a questão da competência penal para julgar e processar crimes praticados contra a honra por meio da Internet, à luz da doutrina, legislação penal e processual penal do Brasil.

Destarte, interessa abordar, neste momento, a Internet, alguns novos conceitos e forma de funcionamento, haja vista a importância que tem esse tema para o referido trabalho.

### 1.1 O que é a Internet?

Vive-se num século marcado por grandes transformações e avanços tecnológicos que tiveram como pano de fundo o desenvolvimento do poderio bélico das grandes nações, a guerra fria entre as duas principais potências mundiais, Estados Unidos e a ex-União Soviética, atentados terroristas, genocídios e profundas mudanças na geopolítica mundial.

Decerto, que a época que sucedeu ao século XX ficou marcada por grandes avanços na ciência e filosofia. A Teoria da relatividade, a mecânica quântica e tantas outras contribuíram e impulsionaram o progresso às grandes nações, bem como a tirania e a barbárie.

É sabido que as grandes revoluções por que passaram a humanidade advieram de momentos conturbados e crises instaladas. Foi assim com a derrubada do Império Romano, com o fim do Absolutismo na Europa, com a derrota de Napoleão na batalha de Waterloo, na Bélgica, e seu exílio e morte na ilha de Santa Helena, pondo fim a derradeira fase imperialista da França; a Primeira Grande Guerra Mundial, a ascensão do nazismo e o holocausto judeu, culminando na Segunda Grande Guerra Mundial, esta conhecida como uma das guerras mais sangrentas dos últimos tempos, que ceifou a vida de milhões de seres humanos no planeta e que se utilizou do avanço tecnológico para mostrar o poder maléfico e catastrófico das ogivas nucleares, fruto da criação humana.

Outro fato relevante que convém relembrar foi o surgimento do fenômeno da globalização, integrando mercados, países e comunidades, podendo ser assim conceituada: processos que atuam em escala planetária, atravessando fronteiras, integrando grupos de

pessoas e organizações em novas combinações espaço-tempo que repercute nas áreas econômica, política, cultural e social.

Nesse sentido, a globalização implicou em desdobramentos nos campos econômico, político e cultural, alcançando, também, o social. Na seara econômica, o fenômeno globalização possibilitou a integração dos mercados internacionais, acarretando uma maior competitividade entre as nações, acordos de toda ordem, programas de financiamentos e empréstimos transnacionais, ou seja, uma luta pela sobrevivência entre os países. No plano político, a globalização se tornou uma grande ação entre as grandes potências desenvolvidas de nosso planeta, formando blocos comerciais de exclusão para os demais países, menos favorecidos, aumentando o fosso entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

Por último, tem-se o impacto no campo da cultura dos países, particularmente, os colonizados, em desenvolvimento, e emergentes, onde se observa uma tentativa de homogeneização dessas culturas sob uma visão etnocêntrica, o que, de certo modo, representou prejuízos para essas nações, na medida em que a visão consumista dos países, notoriamente imperialistas, adentrou aqueles países, outrora colonizados, agravando a questão da dependência econômica quanto à aquisição de produtos industrializados e acabados, contrapondo-se à sua vocação agrícola e de países produtores de commodities<sup>1</sup>.

Diante do fenômeno da globalização dá-se o surgimento da conhecida Era da Informação, que teve como alguns de seus pressupostos a invenção do computador, o advento das redes de computadores e da rede mundial de computadores, conhecida como Internet, um crescimento sem precedentes.

Debruçando-se sobre esse último fenômeno, a Internet, que tem provocado uma mudança de paradigma nas formas de pensar, agir, comunicar, relacionar e viver, Gustavo Testa Corrêa, assim, preleciona:

A presença cada vez mais forte dos computadores em nossas vidas, a capacidade de coletar e analisar dados pelas empresas e pelo Estado, e de

<sup>1</sup> Commodity: qualquer bem em estado bruto, ger. de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, ger. destinado ao comércio externo (Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa – 2007).

disseminá-los através das rápidas vias das telecomunicações, nos têm proporcionado benefícios, mas, na mesma proporção, também malefícios. (CORRÊA, 2002, p. 1)

A velocidade com que essas alterações se processam no dia-a-dia provoca sobressaltos que as ciências sociais não conseguem acompanhar, e daí exsurge a dificuldade de se preordenar, por meio de institutos jurídicos, todas essas transformações que se processam.

Diante desses acontecimentos, a tecnologia digital e a virtualização das idéias se tornaram uma realidade, abalando conceitos outrora firmados e que levaram séculos para ocuparem o seu lugar.

A Internet nasceu e cresceu no ambiente militar com o objetivo de apontar caminhos alternativos às mensagens e pacotes de dados que eram transmitidos aos seus destinos por meio de rede de computadores existentes na década de 60, de modo a não serem

interceptados pelas forças inimigas.

Gustavo Testa Corrêa acrescenta o seguinte:

O crescimento da Grande Rede se torna um fenômeno mundial, interligando os vários cantos do mundo e incrementando o mercado mundial. Isto acarreta, segundo o autor, a atração de usuários domésticos, organizações comerciais, a popularização do uso da tecnologia e, conseqüentemente, a capacidade de produzir lucros.

Decorre dessa revolução tecnológica o desenvolvimento de ferramentas e instrumentos que tornaram amigáveis as interfaces (software que facilita a vida do usuário), alcançando e confirmando de vez o início da sociedade em rede, e, por que não, a era da informação. (CORRÊA, 2002, p. 9)

Em que pese o crescimento e desenvolvimento da Rede Mundial, muitos aspectos e questões relativas à segurança e garantia das informações que trafegavam pelo mundo virtual, apesar de causarem dúvidas e temores aos seus usuários, não foram capazes de impedir a rápida disseminação do uso da Internet para a consecução de seus objetivos, especialmente, comerciais.

O advento da tecnologia de informação e comunicação possui uma importância crescente para as organizações, na medida em que cria uma dependência cada vez

maior da infraestrutura de informática e telecomunicação, fruto do aparecimento de um ambiente cooperativo que é sustentado pela informática.

Nesse contexto, Emílio Tissato Nakamura e Paulo Lício Geus, em sua obra,

“Segurança de Redes em Ambientes Cooperativos”, traça o perfil das organizações no mundo

moderno globalizado quanto à dependência da tecnologia da informação e comunicação, a saber:

O mundo moderno e globalizado faz com que as organizações busquem o mais alto nível de competitividade, no qual novos mercados são disputados vorazmente. O concorrente, agora, pode estar em qualquer parte do mundo e, para superá-lo, é necessário, mais do que nunca, fabricar produtos de qualidade, prestar bons serviços e manter um bom relacionamento com os clientes, sejam eles internos ou externos. Como reflexo, a busca de diferencial competitivo e de novos mercados faz com que as relações comerciais internacionais sejam cada vez mais necessárias e mais fortes, como pode ser visto, por exemplo, no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Nesse cenário, a competitividade global é ditada principalmente pela velocidade, qualidade e eficiência – seja das decisões, das implementações ou das comunicações. Dessa maneira, a infra-estrutura de telecomunicações, que permite a comunicação entre pessoas e recursos, deve ser bem projetada e bem dimensionada. Mais do que isso, o uso eficiente da tecnologia como meio de evolução dos negócios e de desenvolvimento de novas oportunidades é vital para a sobrevivência de qualquer organização. (GEUS, 2003, p. 19-20)

Dessa forma, têm-se novas formas de relacionamento entre pessoas, grupos de pessoas, comunidades que se entrelaçam, levando-se em conta as características que as unem em torno de algo material e/ou imaterial, inauguradas com o advento da Internet, com a facilitação de manuseio proveniente da criação de ferramentas e aplicativos amigáveis que aproximaram o usuário leigo da tecnologia de informação e comunicação.

A fim de corroborar o exposto, o autor Gustavo Testa Corrêa afirma:

A popularização da Internet deve-se à criação da interface WWW – World Wide Web –, além do desenvolvimento dos navegadores (browser) que, no pensar do autor, é uma convergência de concepções relativas à Grande Rede, a utilização de um padrão universal, um protocolo, que permite o acesso de qualquer computador ligado à Rede ao hipertexto, procurando relacionar toda a informação dispersa nela. Trata-se, então, de um conjunto de padrões e tecnologias que possibilitam a utilização da Internet por meio dos programas navegadores, capazes de obter as vantagens desse conjunto de padrões e tecnologias pela utilização do hipertexto e suas relações com a multimídia (som, imagem) no alcance de resultados.

Essa nova forma de comunicação entre rede e usuário por meio de uma linguagem revolucionária, mormente pela WWW, tornou a Internet algo simples e claro. (CORRÊA, 2002, p. 11, 15)

Manuel Castells, em sua conhecida obra “A Sociedade em Rede”, elucida o entendimento que esposamos até o momento, conforme segue:

A criação e o desenvolvimento da Internet nas três últimas décadas do século XX foram conseqüência de uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural. A Internet teve origem no trabalho de uma das mais inovadoras instituições de pesquisa do mundo: a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) do Departamento de Defesa dos EUA. Quando o lançamento do primeiro Sputnik, em fins da década de 1950, assustou os centros de alta tecnologia estadunidenses, a ARPA empreendeu inúmeras iniciativas ousadas, algumas das quais mudaram a história da tecnologia e anunciaram a chegada da Era da Informação em grande escala. Uma dessas estratégias, que desenvolvia um conceito criado por Paul Baran na Rand Corporation em 1960-4, foi criar um sistema de comunicação da troca de pacotes, o sistema tornava a rede independente de centros de comando e controle, para que a mensagem procurasse suas próprias rotas ao longo da rede, sendo remontada para voltar a ter sentido coerente em qualquer ponto da rede. (CASTELLS, 2006, p. 82)

Com a criação da Internet cria-se uma forma de comunicação capaz de unir dois ou mais pontos remotos no globo, sem haver deslocamento físico para tal.

Percebe-se que o ambiente de Internet reduziu consideravelmente os



obstáculos de tempo e distância entre os pólos remotos do planeta Terra, porém, não de modo uniforme. Portanto, esse avanço sem precedentes apenas acentuou o abismo que separa os que “possuem acesso à informação” daqueles que “não possuem acesso à informação”.

Liliana Minardi Paesani, em seu livro “Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil”, conceitua a Internet como sendo:

[...] a Internet é uma imensa rede que liga elevado número de computadores em todo o planeta. As ligações surgem de várias maneiras: redes telefônicas, cabos e satélites. Sua difusão é levemente semelhante à da rede telefônica. Existe, entretanto, uma radical diferença entre uma rede de computadores e uma rede telefônica: cada computador pode conter e fornecer, a pedido do usuário, uma infinidade de informações que dificilmente seriam obtidas por meio de telefonemas. (PAESANI, 2008, p. 12)

Segundo Gabriel Cesar Zaccaria de Inellas, em seu livro “Crimes na internet”, elucida o conceito de Internet de modo mais simplificado:

Hoje em dia, não só comenta-se muito, a respeito da Internet, como uma grande parte da população dela se utiliza.

O termo Internet, nada mais é do que a abreviação de InterNetworking, ou seja, interligação de redes locais, distantes entre si. Literalmente, é uma rede de redes conexas. (INELLAS, 2002, p. 1)

Diante dos avanços alcançados com o uso da Internet, a sociedade virtual conectada em rede em torno do planeta passa a se relacionar de modo diverso, atuando sob o disfarce de máscaras e perfis, ora reais, ora falsos, buscando exposição ou anonimato conforme o caso, fato esse que dificulta a investigação e a apuração do delito. É certo que os crimes perpetrados com o uso da tecnologia de informação e comunicação passaram a exigir uma inteligência mais apurada daqueles que a combatem. Sobre essa questão Gustavo Testa Corrêa explica o seguinte:

Com o advento da Internet e da revolução tecnológica, os criminosos passaram a utilizar redes de computadores para cometer os seus delitos, “impessoalmente, sem a necessidade de presença física”, atuando de forma invisível num “território” sem fronteiras e sem lei, acreditando que, por esse motivo, estão imunes ao poder de polícia”.

O ‘palco’ da maior parte desses “crimes” digitais está dentro das facilidades oferecidas pela Internet.

A conclusão do autor acerca da Internet é que esta seria o lugar tendente ao desenvolvimento de fraudes, principalmente devido ao anonimato que os seus “usuários” desfrutam e à “imperfeição” dos programas de computadores utilizados para o acesso a ela e seu desenvolvimento.

O autor relaciona alguns tipos de crimes praticados na Internet, são eles: pornografia, pirataria de “software”, fraudes, abuso quanto aos cartões de crédito, lavagem eletrônica de dinheiro e hacking. (CORRÊA, 2002, p. 4358)

Os juristas brasileiros e os operadores do Direito, ainda encontram dificuldades para pacificarem as causas e lides envolvendo a Grande Rede, seus agentes e vítimas, pois, conforme esposado, a seguir, por Gustavo Testa Corrêa, a legislação brasileira não acompanhou o avanço da tecnologia, forçando os julgadores a buscarem no direito comparado e em jurisprudência não pacificada a solução e composição dos conflitos trazidos à lume por esse novo cenário. É o que ocorre com o crime de hacking, ainda não tipificado no

Brasil, que, sinteticamente, corresponde à invasão de um sistema, utilizando-se do computador e da Internet. O extrato de texto, a seguir, sintetiza o problema:

A Era da Informação trouxe com o desenvolvimento tecnológico a preocupação de se limitar os “crimes” digitais. Neste sentido, a regulamentação de suas implicações tornou-se complexa e difícil, posto que a existência de leis, embora possam ser aplicadas na maioria dos casos, não conseguem ser em outros, como por exemplo o crime de hacking que é a invasão de um sistema sem autorização. A legislação brasileira encontra-se bastante defasada em relação a países como Estados Unidos e Inglaterra, algo como mais de uma década. (CORRÊA, 2002, p. 58-61)

Vimos que a Internet, entendida como um grande avanço tecnológico e de progresso, suprimiu barreiras físicas, aproximando pessoas, quebrando paradigmas a respeito de novas formas de se empreender e se relacionar, envolvendo pessoas e organizações, mas, também, percebeu-se que essa sociedade virtual, passou a sofrer a investida de criminosos virtuais, que se aproveitam da grande exposição de informações pessoais e descuido de seus usuários, para cometerem delitos diversos, utilizando-se dessa grande ferramenta tecnológica.

Fruto do advento da Internet surgiram as redes sociais que imprimem à sociedade atual um grau de inter-relacionamento sem precedentes, aproximando pessoas e, ao mesmo tempo, induz e sugere o seu uso com base nos desejos e características pessoais de seus participantes.

Nesse contexto, os próximos subitens do presente capítulo desse trabalho de conclusão de curso versarão sobre o surgimento das redes sociais, seus impactos, como a mudança de hábitos das pessoas, o seu rápido crescimento e adoção, a questão criminal envolvendo as redes sociais, bem assim o papel dos provedores de acesso e sua responsabilização nos delitos perpetrados com o uso do computador e da Internet.

Ressalta-se que, para o presente estudo, essa quebra de paradigma, saindo

de uma sociedade baseada no papel e passando para uma sociedade digital, os aspectos retrocitados ajudarão a explicitar o momento por que passa a sociedade inserida na Era da Informação, as conseqüências do uso dessas ferramentas de interação, a questão que surge para se determinar o local do crime quando cometido por meio da Internet, entre outros.

## 1.2 Funcionamento da Internet

Após o entendimento do que vem a ser Internet, resta-nos tecer alguns comentários sobre o seu funcionamento. De antemão, pressuposto para se acessar a Grande Rede é que tenhamos um endereço lógico, concedido por uma provedora Internet (por meio de um contrato de serviço), assunto o qual adentraremos adiante, um modem para transformar

o sinal analógico em digital e vice-versa, um dispositivo (computador, smartphone, celular, tablet etc) para o acesso à Rede Mundial.

No mundo das redes, o endereço lógico é denominado endereço IP (Internet Protocol) que é o protocolo na camada de rede do modelo OSI (padrão teórico), pertencente à pilha de protocolos conhecida como TCP/IP (Transfer Control Protocolo / Internet Protocol,

o TCP, na camada de transporte, e o IP, na camada de rede, segundo o modelo OSI). Decorre da existência dos endereços IP, os domínios Internet, que são os próprios endereços IP mascarados por nomes que designam o local destino do usuário, bem assim de seu País, além do ramo a que pertence a pessoa física ou jurídica detentora do respectivo endereço. De um modo simplificado, Gabriel Cesar Zaccaria de Inellas, exemplifica a terminologia para se acessar a Internet, a saber:

O Nome de Domínio é o endereço, o nome da pessoa física ou jurídica, tendo, embutido, o endereço IP. Dessa forma, tornou-se mais fácil o acesso à Internet. O Nome do Domínio é assim constituído: WWW (Rede Mundial de Computadores); um nome, que identifica o usuário; .com (identifica a destinação do usuário); br (identifica o País). As letras finais, antes da identificação do País, podem ser diferentes, dependendo dos gestores dos Sites. Por exemplo: .gov, .org, .net. (INELLAS, 2002, p. 5)

A Internet utiliza uma linguagem peculiar, distinta da linguagem humana, trata-se da linguagem binária que reconhece dois estados, um “ligado”, cuja representação está no número “1”; e um outro estado, “desligado”, que é representado pelo número “0”. Na verdade, trata-se de representação de impulsos elétricos que trafegam pelos cabos físicos (cabos de cobre entrelaçados e ópticos, entre outros) e pelo ar, quando utilizada a tecnologia wireless (sem fio; onde não há cabeamento físico) e/ou satélite, bastante difundida em nosso meio, na atualidade.

O uso de protocolos permite a troca de dados entre os computadores. Os protocolos consistem em regras pré-definidas criadas por programadores e pesquisadores

capazes de normatizar a transmissão desses dados ao redor do planeta. Acerca dessa questão,

Gabriel Cesar Zaccaria de Inellas, explica:

Já afirmei que os computadores comunicam-se por meio de Protocolos e que

o mais utilizado é o TCP/IP. Este Protocolo IP, permite a comunicação entre os computadores, utilizando duas formas: na primeira, o Protocolo divide a informação a ser compartilhada em pequenos pacotes (packets), que chegam

ao computador de destino ordenadamente. Note-se que cada pacote pode tomar um caminho diferente na Internet, seguindo por computadores distintos, mesmo que em Países diferentes. Na segunda, o Protocolo manipula o mecanismo de endereçamento dos computadores, permitindo que cada máquina procure, identifique e se comunique com a outra. O endereçamento de cada computador é composto por números compostos por trinta e dois bits, isto é, por quatro algarismos e denominam-se Internet Protocol (IP) address. É esse endereço (address) que indica a localização do computador na Rede. (INELLAS, 2002, p. 7)

Outra questão que é importante ressaltar, quando se adentra o

funcionamento da Internet, é a existência das categorias cliente e servidor, que Gabriel Cesar

Zaccaria de Inellas, assim elucida:

Na Internet existem duas categorias básicas de computadores, segundo a sua função: clientes e servidores. O servidor é o computador que utiliza Programas para providenciar acesso à Rede; o cliente é o computador que acessa os serviços disponíveis pelo servidor. Cumpre notar que um único computador poderá servir às duas funções, de servidor e de cliente. (INELLAS, 2002, p. 8)

O referido autor, ainda, exemplifica, o funcionamento do serviço de correio

eletrônico para melhor fixação dos conceitos retromencionados, a saber:

Para entender bem como funcionam as duas categorias básicas de computadores, vamos analisar o correio eletrônico. Quando o usuário redige uma mensagem na tela de seu computador e o envia pela Internet, ele pensa que utilizou um Programa de correio eletrônico para redigir a mensagem, endereçá-la ao destinatário e enviá-la. Ledo engano. Em verdade, o que ocorre é o seguinte: o Programa de correio eletrônico transmite a mensagem para o Servidor do usuário que está enviando a mensagem, que a remete para o Servidor do destinatário e este, por sua vez, envia a mensagem para o computador de seu cliente / usuário. Em verdade, todas as comunicações entre computadores, através da Internet, são feitas dessa forma, indiretamente, por intermédio dos Servidores ou Provedoras, dependendo,, dessarte, tanto do Servidor do usuário que busca serviços ou informações, quanto do Servidor do usuário que oferece serviços. (INELLAS, 2002, p. 8)

Por conseguinte, tem-se que o acesso à Internet e de seus serviços ocorre por meio das provedoras ou provedores, assunto que nos debruçaremos a partir do próximo item apresentando o seu conceito, segundo a melhor doutrina, bem assim a sua atuação na seara jurídica e possíveis implicações quando da ocorrência da conduta criminosa perpetrada por meio da Grande Rede.

### 1.3 Provedores

A questão que envolve os provedores de acesso à Internet é de grande importância para o presente trabalho, na perspectiva de se imputar responsabilidade ou não às empresas que se destinam a esse ramo de atividade. Aproveitando-se da obra da autora e advogada Patrícia Peck, abordaremos o referido assunto, a começar pela conceituação do termo “provedor de acesso”, a saber:

O que é um provedor de acesso? Resumidamente, é uma empresa prestadora de serviços de conexão à Internet e de serviços de valor acionado como hospedagem, que detém ou utiliza uma determinada tecnologia, linhas de telefone e troncos de telecomunicação próprios ou de terceiros. (PECK, 2002, p. 52)

A conexão com o mundo virtual é possível e se concretiza com os provedores de acesso, pois é, por meio deles, que portas são abertas e fechadas com o fito de se adentrar o universo cibernético. Acrescenta a citada autora a esse respeito:

Mas o que torna os provedores tão importantes em termos jurídicos? É que os provedores de acesso não são apenas empresas prestadoras de serviço, senão também os grandes aglutinadores do mundo virtual, responsáveis pela abertura das portas de entrada dos usuários na rede (seja ela pública, como a Internet, seja privada, como as de acesso restrito). Isto significa que muitas das soluções jurídicas para a proteção de valores sociais e das relações interpessoais na rede têm seu início nos provedores e podem ser mais bem controladas por meio deles. (PECK, 2002, p. 52)

Ressalta-se que os provedores de acesso à Internet são considerados os grandes aglutinadores do mundo virtual, haja vista concentrarem os múltiplos acessos ao universo virtual, abrindo-se portas para os diversos usuários na rede sem a preocupação de identificá-los, mas, tão somente, concedendo-lhes um endereço lógico (endereço IP) para navegarem na grande teia global, livremente. Diante desse cenário, na seara jurídica, contrapõem-se duas posições em relação à atuação dos provedores de acesso. Acrescenta a autora:

Há duas posições jurídicas bem determinadas. A primeira deve-se a sua atuação como operadores de telecomunicações responsáveis pela transmissão de mensagens e conteúdos por meio da rede. A segunda, de editores responsáveis pela hospedagem, publicação e até produção de conteúdo na Internet. Cada uma destas situações determina níveis de responsabilidade distintos. Enquanto o provedor atuar como mero conduto para o tráfego de informações, equipara-se às companhias telefônicas, não podendo ser responsabilizado por eventuais mensagens difamatórias transmitidas, já que não pode ser compelido a vistoriar o conteúdo de mensagens em cuja transmissão não tem participação nem possibilidade alguma de controle.

No entanto, quando no caso concreto for possível detectar a presença de controle editorial, fica caracterizada a responsabilidade do provedor, à semelhança do que ocorre com o editor na mídia tradicional. Esta é a orientação dada pela Corte de Apelações do Estado de Nova York (New York State Court of Appeals) que se depreende de sua primeira manifestação sobre o assunto (em 2-12-1999). (PECK, 2002, p. 52)

Significado importante para esse trabalho acadêmico é o do termo

publicação, que será utilizado quando da análise do precedente CC 106.625. Segundo Diniz

(2006, p.1016), “Publicação [...] 3. Na linguagem jurídica, pode ter o sentido de [...] b) ato de levar um fato ao conhecimento de todos, divulgando-o para torná-lo público e notório”.

Acrescenta-se a esse conceito o de publicação eletrônica com o uso da

Internet que se extrai de Sabbatini (1999, p.1 apud Stanek, 1995):

Por publicação eletrônica, entende-se qualquer tecnologia de distribuição de informação em uma forma que possa ser acessada e visualizada pelo computador e que utilize recursos digitais para adquirir, armazenar e transmitir informação de um computador para outro.

Corroborando esse entendimento, Inellas (2002, p. 24) esclarece, citando o §2º, do art. 61, da Lei 9.472, de 17 de julho de 1997 – Lei das Telecomunicações:

Os serviços prestados pelas Provedoras de Acesso são definidos como: “[...] atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.” (art. 61, caput, da Lei 9.472, de 17 de julho de 1997 – Lei das Telecomunicações).

Além disso, os serviços prestados pelas Provedoras de Acesso são classificados como de valor adicionado. O §2º, do art. 61, da citada lei, reza que: “serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição”.

Depreende-se, portanto, que os provedores de acesso consubstanciam-se em modalidade atípica de empresa inserida no ramo de Telecomunicações e que possuem características que se distinguem, na medida em que assumem responsabilidades editoriais e podem, simplesmente, também atuar como operadores de serviços de telecomunicações, quando, a priori, neste último caso, não possuiriam responsabilidade em caso de ocorrência de conduta criminosa por seus usuários.

Nesse sentido, seria pertinente indagar se, havendo edição, publicação e até edição de conteúdo calunioso, difamatório ou injurioso, se os provedores poderiam ser considerados partícipes nos crimes contra a honra?

Avançando um pouco mais na questão de responsabilização dos provedores de acesso, Inellas (2002, p. 24) cita trecho da decisão exarada de uma Apelação, no Egrégio Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, conforme segue:

A Colenda Sétima Câmara, do Egrégio Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, na Apelação n. 1.269.133/1 – Araraquara, em que foi Relator o eminente Juiz Salvador D’Andréa, ao analisar a figura da Provedora de Acesso, pontificou que: “O provedor de acesso, salvo algumas exceções, tem

interesses econômicos na prestação de serviços de acesso à rede. Logo, todas as informações constantes em seu banco de dados têm alguma relevância. Quando estas informações já não são mais importantes, o provedor as elimina em um curto espaço de tempo. Neste aspecto é que as barreiras surgem, pois independentemente do provedor ser gratuito ou não, estas informações, na maioria das vezes, são elementos que comprovam tal conduta criminosa. A polícia tem conseguido reprimir os cibercrimes por meio do número do IP (Internet Protocol Number), que toda máquina conectada possui, e identificar através do seu respectivo número, a localização do info-marginal. Neste caso, o provedor de acesso é obrigado a fornecer as referidas informações para a consubstanciação da prova.” (grifos meus). Daí, deflui, cristalinamente, que as Provedoras de Acesso, em alguns caso, poderão ser responsabilizadas criminalmente, pelas suas condutas.

Dessarte, necessário se faz analisar o caso concreto das condutas criminosas praticadas com o uso de computadores e Internet, e tomar medidas judiciais preventivas contra as provedoras de acesso que garantam a armazenagem de dados e informações para a investigação e processo criminal que se impõem contra a prática de crimes de informática.

Nesse diapasão, caso existisse a previsão legal, em dispositivo ou lei, que resguardasse a base de dados e informações de acesso dos usuários que se utilizam dessas

empresas provedoras de acesso, por período superior a 6 (seis) meses, o processo penal possuiria maiores chances de alcançar o seu desiderato.

#### 1.4 Redes sociais

Na atualidade, o assunto redes sociais (orkut, twitter, facebook) ganha relevo por se constituir em uma revolucionária forma de relacionamento entre pessoas e empresas, mas que possui um outro lado que, particularmente, abordaremos nesse trabalho. Trata-se de novas formas de consumação de crimes contra a honra cometidos por meio da Internet e com o uso das redes sociais, sob o viés de sua capacidade de divulgação e determinação do lugar da conduta ilícita, aspectos relevantes à compreensão do presente estudo.

O advento da Internet e seu uso ocuparam lugar na vida das pessoas e fez com que se difundissem verdadeiras “relações de convivência” entre essas em torno de uma grande nuvem virtual que circunda o planeta. São as chamadas Redes Sociais que, a despeito de congregarem uma infinidade de pessoas, possuem características e peculiaridades ditadas pelos seus criadores, a partir de induções e sugestões, por meio de construções coletivas, ditando as preferências individuais de cada grupo.

As redes sociais são verdadeiras comunidades de pessoas que, organizadamente, representam uma riqueza de conhecimento distribuída, e possuem capacidade para agir e cooperar potencialmente. No entanto, o conceito de comunidade virtual, como aqui entendido, e liberdade são conflitantes, haja vista a restrição e a imposição de algumas regras para integrar os referidos grupos.

Esta revolução causou mudanças de interação individuais, no modo como

cada um interage e mantém contato com outros. As formas de propagação, comportamentos e idéias propagadas são um desafio para a compreensão humana.

Este cenário é o que ocorre hoje, com o aparecimento e expansão do ciberespaço, a multiplicação das ferramentas de colaboração on-line, as tecnologias de comunicação móvel integradas às mídias tradicionais etc.

Nesse sentido, Rogério da Costa em artigo sobre redes sociais, elucida o seguinte:

[...] Homens são capazes de encontrar zonas de proximidade onde seria impossível: pessoas compartilham idéias, conhecimentos e informações sobre os seus problemas, dificuldades e necessidades, os quais seriam impossíveis na maioria dos casos em relações fechadas, pelo simples fato que redes locais são por definição limitadas no tempo e no espaço. Redes locais ou “comunidades” no senso comum são o resultado da parcialidade natural do ser humano. Expandí-las é o grande desafio (COSTA, 2006, p. 7).

Por mais intrusivas que sejam as redes sociais tem se expandido e buscado por meio de interfaces de fácil manuseio transformar o cotidiano das pessoas passando a integrar as suas vidas. Conforme esse entendimento, Martin Giles afirma o que segue:

Graças às interfaces fáceis de usar e aos controles estritos de privacidade, as redes sociais se transformaram em vastos espaços públicos em que milhões de pessoas agora se sentem confortáveis em usar suas identidades reais online. A outra grande realização das redes foi se tornarem ferramentas estupendas para a comunicação de massa. Simplesmente ao atualizar uma página pessoal no Facebook ou enviar um tweet, os usuários podem deixar sua rede de amigos – e, às vezes, o mundo todo – saber o que está acontecendo em suas vidas. Além disso, eles podem mandar vídeos, fotos e um monte de outros conteúdos com apenas alguns cliques no mouse. (GILES, 2010, p. 27)

A atração exercida por essas ferramentas, redes sociais, acarreta uma corrida em busca da maior exposição, visando a publicidade e propaganda, fruto de estratégias de marketing e vendas de produtos, serviços, imagens, marcas etc. No campo artístico e midiático, as redes sociais passaram a ser mecanismos obrigatórios de exposição. As organizações, também, vêm aproveitando o boom decorrente dessa revolução.

Em reportagem de 2010, da Revista The Economist, republicado na Revista Carta Capital, estampou-se em sua capa artigo sobre a importância das redes sociais, por exemplo, no pleito americano à Casa Branca, com a campanha vitoriosa de Barack Obama, como segue:



O crescimento impressionante dos sites de relacionamento social atraiu um bocado de atenção por tornarem as relações pessoais mais visíveis e quantificáveis do que nunca. Eles também se tornaram importantes veículos para notícias e canais de influência. O Twitter é manchete regularmente com suas informações em tempo real sobre eventos como os ataques terroristas de Mumbai e sobre as atividades de seus usuários famosos, que incluem astros do rap, escritores e a realeza. E tanto o Twitter como o Facebook tiveram

um papel proeminente na estratégia on-line da campanha que ajudou a conduzir Barack Obama à vitória na disputa pela Presidência. (GILES, 2010,

p. 27)  
Entre as redes sociais existentes, há que se destacar a proeminência do Facebook, porém é de se ressaltar a multiplicação de outras de relevo, como o Twitter eo Orkut, conforme segue:

Embora o Facebook seja a maior rede social do mundo, há uma série de outros sites globais, como o MySpace, que se concentra em música e entretenimento; o LinkedIn, que foca em profissionais investindo em suas carreiras; e o Twitter, serviço de relacionamento que permite que seus membros mandem mensagens curtas de 140 caracteres chamados de tweets. Todos eles aparecem no ranking das redes mais populares do mundo em número de visitas mensais, que também inclui o Orkut, o serviço de propriedade do Google muito usado na Índia e no Brasil, e o QQ, forte na China. Além desses, há outros grandes sites nacionais de comunidades, como Skyrock, na França, o VKontakte, na Rússia, e o Cyworld, na Coreia do Sul, assim como muitas outras redes menores que atendem a interesses específicos, como o Muxlim, direcionado aos muçulmanos, e o ResearchGATE, de cientistas e pesquisadores. (GILES, 2010, p. 26)

Percebe-se que o desenvolvimento dos programas dedicados às redes sociais, em particular, obedecem uma dinâmica e arquitetura de código aberto que permitem a disseminação rápida e crescente, fato que decorre, também, da queda no custo de equipamentos utilizados para tal, a saber:

A última safra de redes, a maioria criada cinco ou seis anos atrás, foi beneficiada por uma queda dramática no custo do equipamento necessário para armazenar e processar dados. Elas foram capazes de usar programas gratuitos e de código aberto para montar sistemas que podem ganhar escala rápida e facilmente. E elas também criaram soluções próprias para lidar com

o rápido crescimento. (GILES, 2010, p. 28)  
No caso do Facebook, a lógica de sua construção não se distancia dessa prática, pois a indústria de software e de hardware tem andado de mãos dadas, quando vemos o surgimento de novos equipamentos de tecnologia móvel, como celulares, tablets, netbooks, notebooks, laptops, TV digital interativa, smartphones etc, todos voltados ao trabalho,

entretenimento, lazer, saúde, ou seja, envolvendo os vários setores do mercado e da vida humana.

Em consonância com esses fatos, tem-se o desenvolvimento de novos softwares e aplicativos para tornar a busca por informações mais fácil e aprazível, e de modo a executar em todas as plataformas disponíveis, conduzindo os seus usuários nas redes sociais. Essa visão se confirma no texto que segue:

No Facebook, os engenheiros de programação da companhia construíram um sistema chamado MultiFeed, que faz buscas quase instantâneas em bancos de dados atrás de notícias relevantes dos amigos de uma pessoa. Isso permitiu que a rede adicionasse milhões de novos usuários sem prejudicar a sua capacidade de fornecer um fluxo constante de informações atualizadas para as páginas pessoais.

No ano passado, o Facebook foi indicado como uma das 20 companhias americanas mais confiáveis quanto à privacidade pela TRUSTe, uma organização que classifica as empresas pela sua privacidade on-line – embora tenha havido outra gritaria no fim de 2009 quando ele alterou novamente sua política de privacidade.

Outra razão para as redes terem se tornado tão populares é que há uma grande quantidade de coisas para se fazer nelas, principalmente porque companhias com o Facebook e o MySpace permitiram que programadores independentes criassem programas, conhecidos como “aplicativos”, que rodam em suas redes e exploram o tesouro de informações produzido pelos usuários. Esses aplicativos vão do inútil ao inspirador. O SuperPoke!, por exemplo, permite aos usuários “dar palmadas”, “apalpar” e “beijar” on-line os amigos do Facebook, enquanto o Causes permite a criação de grupos virtuais para realizar ações de caridade.

Algumas pessoas acham que o efeito de rede do Facebook hoje é tão grande que será impossível desalojá-lo do seu pedestal como o maior ponto de encontro on-line do mundo.

É pouco provável que, por sua vez, o Facebook cometa os mesmos erros estratégicos do MySpace, pois ele presta muito mais atenção aos canais que conectam as pessoas do que ao conteúdo que flui por eles. ‘O pessoal do Facebook é essencialmente utilitarista’, explica Matt Cohler, ex-empregado que agora é sócio da Benchmark Capital, companhia de investimentos de risco. ‘Eles querem dar às pessoas a melhor tecnologia para compartilhar e então sair do caminho’. (GILES, 2010, p. 28-30)

As redes sociais constituem, hodiernamente, uma revolucionária forma de integrar as pessoas, entendidas até como novas relações de convivência em um mundo virtual que alcança os mais remotos cantos do planeta. Tratam-se, como já visto, de comunidades de

peças que se organizam e representam uma nova fonte rica de conhecimento e cuja dinâmica é intensa.

Nesse contexto global, as redes sociais passaram a expor as vidas das pessoas e a se consolidarem como novas formas de consumação de crimes contra a honra cometidos por meio da Internet. Assim, a partir do próximo capítulo, abordaremos a questão relativa aos crimes de informática, incluindo as redes sociais como novas formas de perpetração de crimes, bem como o posicionamento da doutrina sobre essas questões de vanguarda.

## 2. CRIMES DE INFORMÁTICA E CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS POR MEIO DA INTERNET

Outra questão de suma importância para o pleno entendimento do presente trabalho é conceituar crimes de informática, diferenciá-los em próprios e impróprios segundo a atual doutrina e, também, crimes contra a honra praticados por meio da Internet. Como o assunto envolvendo crimes de informática e crimes contra a honra por meio da Internet são de vanguarda, torna-se importante tecer alguns comentários sobre os conceitos apresentados pelos principais criminalistas brasileiros acerca do assunto.

### 2.1 O que são crimes de informática?

Antes de adentrar-se o conceito de crime de informática é importante

conceituar crime do ponto de vista formal e material, tomando-se emprestado a doutrina de

Luiz Flávio Gomes e Antonio García-Pablos de Molina, a saber:

Delito, do ponto de vista puramente formal, é o que o Estado descreve literalmente na lei como tal.

Do ponto de vista legal, ou seja, segundo o ponto de vista do Direito vigente (do *ius positum*), “considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente” (cf. Lei de Introdução ao Código Penal brasileiro – Dec. – lei 3.914/41, art. 1º).

Conceito material de crime: o mais difundido conceito material de crime é o que o enfoca como fato ofensivo (grave) desvalioso a bens jurídicos muito relevantes. Ele realça seu aspecto dano (sua danosidade social) e o descreve como lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico. Crime, portanto, seria, o fato humano lesivo ou perigoso (ofensivo) a um interesse relevante. (GOMES, 2009, p. 6-7)

A fim de dar consistência ao presente trabalho, necessário e premente é adotar uma definição para a terminologia “Crimes de Informática”, posto que o legislador brasileiro não cuidou de sua definição e previsão legal. Além disso, várias tentativas de conceituação do referido termo tem sido feitas pelos autores e estudiosos, conforme segue:

Diante da previsão legal do que seja crime, Carla Rodrigues de Araújo de Castro, assim define Crime de Informática:

Crime de Informática é aquele praticado contra o sistema de informática ou através deste, compreendendo os crimes praticados contra o computador e seus acessórios e os perpetrados através do computador. Inclui-se neste conceito os delitos praticados através da Internet, pois pressuposto para acessar a rede é a utilização de um computador. (CASTRO, 2003, p. 9)

A definição esposada pela autora não elucida na sua plenitude o que vem a ser sistema de informática, além de não enumerar os possíveis crimes praticados contra o computador e seus acessórios. Exsurge, também, a necessidade de se clarear o que a autora quis dizer quando cita o termo “acessórios”: se periféricos estão incluídos nesse conceito, e se há algo mais para se enquadrar nesse termo. Outra questão que merece ser observada sobre o referido conceito diz respeito à inclusão dos delitos praticados através da Internet, pois pressuposto para acessar a rede é a utilização de um computador. No entanto, o termo Informática do conceito é bastante abrangente, pois combina as tecnologias de informação e comunicação existentes, envolvendo software e hardware, sendo necessário afirmar que o pressuposto para incluir os referidos delitos através da Internet seja, não somente, a utilização de um computador, mas também outros componentes e tecnologias que são requisitos para tal, como modem, roteador etc, bem assim um provedor de acesso.

O Procurador da República na Bahia, Vladimir Aras, elucida o conceito de crimes de informática com mais profundidade, a saber:

Delitos computacionais, crimes de informática, crimes de computador, crimes eletrônicos, crimes telemáticos, crimes informacionais, ciberdelitos, cibercrimes... Não há um consenso quanto ao nomen juris genérico dos delitos que ofendem interesses relativos ao uso, à propriedade, à segurança ou à funcionalidade de computadores e equipamentos periféricos (hardwares), redes de computadores e programas de computador (estes

denominados softwares).

Dentre essas designações, as mais comumente utilizadas têm sido as de crimes informáticos ou crimes de informática, sendo que as expressões "crimes telemáticos" ou "cibercrimes" são mais apropriadas para identificar infrações que atinjam redes de computadores ou a própria Internet ou que sejam praticados por essas vias. Estes são crimes à distância stricto sensu.

Para LUIZ FLÁVIO GOMES, os crimes informáticos dividem-se em crimes contra o computador; e crimes por meio do computador, em que este serve de instrumento para atingimento da meta optata. O uso indevido do computador ou de um sistema informático (em si um fato "tipificável") servirá de meio para a consumação do crime-fim. O crime de fraude eletrônica de cartões de crédito serve de exemplo.

O interesse da indústria cinematográfica e da mídia em geral pelo computador, seus usos, interações e conseqüências no dia-a-dia da sociedade

revela quão intrincadas podem ser as repercussões da informática sobre o Direito, inclusive na esfera criminal, porquanto são muitas as formas de ofensa a bens tutelados pelos ordenamentos jurídicos.

Todos esses "delitos" (os fatos tipificados e os ainda pendentes de criminalização), de regra, são cometidos mediante o abuso de anonimato, principalmente os crimes contra a honra, tornando praticamente inexecutível a garantia do art. 5º, inciso V, da Constituição Federal (direito à indenização), em face do que dispõe o inciso IV do mesmo artigo no tocante à vedação do anonimato.

Esse apanhado nos mostra que é inevitável a atuação da Justiça Penal no ciberespaço, seja para proteger os bens jurídicos tradicionais, seja para assegurar guarda a novos valores, decorrentes da cibercultura, como a própria liberdade cibernética, o comércio eletrônico, a vida privada, a intimidade e o direito de autor na Internet. (ARAS, 2010, p. 5-10)

Decorre desse conceito que os crimes de informática praticados por meio da Internet contra a honra encontram-se previstos em nossa legislação penal. A partir dos conceitos esposados, passa-se a elaborar um novo conceito sobre crime de informática que venha atender o presente trabalho: "crime de informática seria todo ato delituoso cuja conduta, caracterizada pela ação ou omissão, utiliza-se de computadores e/ou periféricos, ou, ainda, dispositivos eletrônicos tais como celulares, smartphones, tablets que acessem a Internet, e causem, como resultado, prejuízo a algum bem jurídico tutelado pela legislação penal".

As vantagens trazidas por esse conceito construído a partir dos demais está no detalhamento e elucidação dos possíveis componentes que possam ser utilizados na conduta delitiva de um crime de informática, além de poder caracterizá-lo a partir de uma conduta omissiva (passiva) ou comissiva (ativa).

## 2.2 Crimes próprios e impróprios

A questão que trata da classificação dos crimes de informática em próprios e impróprios é deveras relevante para o presente estudo, na medida em que visa sistematizar o entendimento acerca desses tipos e modalidades de crimes, facilitando o entendimento e o seu

enquadramento no respectivo tipo penal. Daí decorre a correta aplicação da lei penal existente ao caso concreto, buscando-se a aplicação da norma ao fato delituoso, a fim de salvaguardar a decisão do magistrado. Tal classificação se presta a representar o alicerce teórico para a

adequada aplicação da norma ao fato que tenha implicação no meio jurídico. Sobre esta

classificação, Carla Rodrigues Araújo de Castro assinala que:

Os crimes de informática podem ser próprios ou impróprios. Os primeiros são aqueles que só podem ser praticados através da informática, sem ela é impossível a execução e consumação da infração. Na realidade, os crimes de informática próprios surgiram com a evolução desta Ciência, são tipos novos, que agredem a informática como bem juridicamente protegido. Daí porque, em face da escassa legislação existente, alguns fatos são atípicos e, portanto, não podem ser punidos. Exemplo: violação de e-mail, pirataria de software, pichação de homepages, vandalismo na rede, dano em arquivos provocado pelo envio de vírus etc.

Os crimes de informática impróprios são os que podem ser praticados de qualquer forma, inclusive através da informática. Assim, o agente, para cometer o delito, utiliza, eventualmente, o sistema informático. O computador é um meio, um instrumento para a execução do crime. São delitos que violam bens já protegidos por nossa legislação, como o patrimônio, a honra etc. Exemplo: ameaça, estelionato, calúnia, pedofilia. (CASTRO, 2003, p. 10)

Ainda sobre a classificação dos crimes informáticos em próprios e

impróprios, Vladimir Aras apresenta a sua contribuição, como segue:

Na doutrina brasileira, tem-se asseverado que os crimes informáticos podem ser puros (próprios) e impuros (impróprios). Serão puros ou próprios, no dizer de DAMÁSIO, aqueles que sejam praticados por computador e se realizem ou se consumem também em meio eletrônico. Neles, a informática (segurança dos sistemas, titularidade das informações e integridade dos dados, da máquina e periféricos) é o objeto jurídico tutelado.

Já os crimes eletrônicos impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado naturalístico, que ofenda o mundo físico ou o espaço "real", ameaçando ou lesando outros bens, não-computacionais ou diversos da informática. (ARAS, 2010, p. 6)

Nesse sentido, colacionando os conceitos já esposados, tem-se que a

classificação trazida pela autora Carla Rodrigues Araújo de Castro elucida de forma simples e

cristalina os conceitos de crimes de informática em próprios e impróprios, fixando a

abrangência mais restrita dos primeiros, contrapondo-se à amplitude do segundo tendo em

vista que somente ocorrerá crime de informática próprio quando se der por meio da

informática, aqui entendido como Tecnologia de Comunicação e Informação, com todos os

seus componentes necessários a produzir efeito no mundo fático e jurídico. De outro lado, os crimes de informática impróprios são todos aqueles praticados de qualquer forma, inclusive por meio da informática.

Para facilitar a compreensão sobre os crimes de informática próprios, um exemplo típico seria a invasão de sistemas de computação, sem a devida autorização e utilizando-se de mecanismos de informática, com o fito de fraudar, furtar dados e informações sigilosas armazenadas em bases de dados de pessoas físicas ou jurídicas.

Em contrapartida, um exemplo típico dos crimes de informática impróprios cometidos, eventualmente, com o uso da informática, seriam os crimes contra a honra praticados por meio da Internet, com a publicação de informações difamatórias ou caluniosas por meio de blogs<sup>2</sup>, redes sociais, jornais eletrônicos, e-mails etc.

Aproveitando-se, então, dessa classificação última dos crimes de informática, adentra-se neste capítulo à questão da classificação dos crimes contra a honra e modos de consumação, inclusive com o uso da Internet.

### 2.3 Crimes contra a honra praticados por meio da Internet

Neste ponto do trabalho, passa-se a conceituar e analisar os crimes contra a honra praticados por meio da Internet utilizando-se da legislação penal comum e doutrina, a fim de se analisar esses delitos, bem assim suas diferenças e formas de consumação. De grande relevância é o estudo dos crimes contra a honra para este trabalho acadêmico, pois eles foram objeto de análise do precedente que se analisará adiante.

Segundo esposado por Aranha (2005, p. 1 apud FRANÇA, 1975, p. 329), “A honra é um dos direitos à integridade moral, participando do mesmo grupo dos que compõem os direitos à liberdade civil, política e religiosa, à honorificiência, ao recato, ao segredo profissional, à imagem e à identidade pessoal, familiar e social”.

2 Blog é uma abreviação de weblog, qualquer registro frequente de informações pode ser considerado um blog (últimas notícias de um jornal online por exemplo). A maioria das pessoas tem utilizado os blogs como diários pessoais, porém um blog pode ter qualquer tipo de conteúdo e ser utilizado para diversos fins. Uma das vantagens das ferramentas de blog é permitir que os usuários publiquem seu conteúdo sem a necessidade de saber como são construídas páginas na internet, ou seja, sem conhecimento técnico especializado. (Extraído do artigo “O que é um blog ou weblog? Como fazer/criar um blog? Quer se tornar blogueiro? <http://www.interney.net/blogfaq.php?p=6490966>, disponível em 08/09/2011).

Acrescenta, ainda, em sua obra, o referido autor, que “A honra é um sentimento natural, inerente a todo homem e cuja ofensa produz uma dor psíquica, um abalo moral, acompanhados de atos de repulsão ao ofensor” (ARANHA, 2005, p. 2).

Depreende-se da ofensa à honra, o florescer da natureza mais primitiva do homem para ajustar a sua moral abalada, seja utilizando-se das vias de fato, reação comumente prevista e retratada pela mídia, seja como fato que incendeia o ânimo do ofendido a ponto de perpetrar crime contra a vida do ofensor. Outrossim, procurar a justiça para reparar

o dano decorrente da ofensa à honra, ou seja, buscar no caminho legal e ordeiro a recomposição do status quo anterior ao abalo.

Outra questão suscitada pelo mencionado autor, em sua obra, é a que trata da honra subjetiva e honra objetiva, assunto que merece ser destacado a fim de melhor enquadrar-se o delito, bem assim o seu alcance sob ambas as perspectivas a fim de caracterizar o tipo de crime contra a honra, se calúnia, difamação ou injúria, conforme segue:

Num primeiro exame, sob dois ângulos a honra pode ser apreciada: o subjetivo e o objetivo. A honra, sob o ponto de vista subjetivo (a honra interna), é traduzida como o sentimento da própria honorabilidade pessoal, a dignidade pessoal, o decoro, o sentimento que todos nós temos e pelo qual exigimos respeito à nossa reputação pessoal; sob o prisma objetivo (honra externa), é a nossa reputação, traduzida como a face exterior da honra de alguém, o respeito que deve merecer daqueles que o cercam, a boa fama, a estima pessoal, enfim, a maneira pela qual é reconhecido na sociedade. (ARANHA, 2005, p. 3)

Adentra-se, a seguir, nos crimes contra a honra que, também, podem ser perpetrados com o uso da Internet, são eles: a calúnia, a difamação e a injúria. Nesse sentido, buscar-se-á analisar os referidos crimes, características principais associadas a cada um, diferenças e semelhanças entre eles, o iter criminis, ou seja, caminho percorrido, e, por fim, como ocorre na prática a ocorrência desses delitos no mundo virtual, e que tem repercussão no mundo real.

Segundo Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha, os crimes contra a honra, quanto à natureza jurídica, apresentam a seguinte classificação: “crimes dolosos, formais, comissivos, unilaterais, de ação pública e de ação privada, simples, comuns, de forma livre, uni ou plurisubsistentes, instantâneos, de sentimento, transeuntes e não transeuntes, e finalmente, de dano”. (ARANHA, 2005, p. 23)

34

### 2.3.1 Calúnia

O crime de calúnia encontra-se previsto no Código Penal Brasileiro, artigo 138, que preceitua o seguinte:

#### Calúnia

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º É punível a calúnia contra os mortos.

Exceção da verdade

§ 3º Admite-se a prova da verdade, salvo:

I – se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II – se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no I do artigo 141;

III – se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Assim, depreende-se da previsão legal que o crime de calúnia somente ocorre quando o fato exteriorizado é definido como crime falsamente imputado a outrem.

Nucci (2008, p. 650) classifica de modo didático e auto-explicativo o crime de calúnia:

Trata-se de crime comum (aquele que não demanda sujeito ativo qualificado ou especial); formal (delito que pode ter resultado naturalístico, embora não seja indispensável); de forma livre (podendo ser cometido por qualquer meio



eleito pelo agente); comissivo (“caluniar” implica em ação) e, excepcionalmente, comissivo por omissão (omissivo impróprio, ou seja, é a aplicação do art. 13, §2º, do Código Penal); instantâneo (cujo resultado se dá de maneira instantânea, não se prolongando no tempo); unissubjetivo (que pode ser praticado por um só agente); unissubsistente ou plurissubsistente (pode ser praticado por um ou mais atos integrando a conduta de caluniar); admite tentativa, se for plurissubsistente.

Conforme explicado pelo jurista, o crime de calúnia pode ser cometido por qualquer pessoa, além de não exigir resultado, mas somente a prática da conduta que é o núcleo do tipo previsto “Caluniar alguém”. Portanto, o referido delito é comum e formal. Outra questão que se ressalta é o fato de poder ser cometido por qualquer meio, inclusive, pela Internet, exurgindo daí a forma livre citada pelo referido autor. Por fim, salienta-se que o referido crime é instantâneo e unissubjetivo, pois se consuma de modo imediato, não se

prolongando no tempo, além de poder ser praticado por um só agente, caracterizando-o como crime uno.

Interessante notar, que a partir de sua classificação delinear-se-á com mais precisão a definição da competência para julgar e processar crimes dessa natureza praticados pela Internet. Acrescenta-se, ainda, que a forma de consumação do crime é fundamental para que se defina o juízo competente para processar e julgar delitos contra a honra.

Então, para haver a consumação do crime de calúnia, alguns requisitos precisam estar presentes, conforme elucida Nucci (2008, p. 650):

[...] considera-se o delito consumado quando a imputação falsa chega ao conhecimento de terceiro, que não a vítima. Basta uma pessoa estranha aos sujeitos ativo e passivo para se consumir a calúnia. Se a atribuição falsa de fato criminoso dirigir-se direta e exclusivamente à vítima, configura-se a injúria, pois ofendeu-se somente a honra subjetiva.

Assim, para que uma pessoa se julgue caluniada precisa ocorrer a conduta de imputar falsamente a alguém fato tipificado como crime, e não contravenção, de modo que esse ato seja conhecido por terceiro.

Aproveitando a exposição do jurista citado, e estendendo o seu entendimento até aqui esposado, quando o crime é cometido utilizando-se da Internet, automaticamente a publicação de matéria caluniosa por meio de blog, por exemplo, alcança abrangência planetária, ou seja, onde, a priori, qualquer indivíduo possuidor de acesso à Internet está potencialmente enquadrado como terceiro conhecedor da matéria ofensiva, portanto, confirmando o cometimento do referido crime contra a honra, mesmo que potencialmente.

A fim de corroborar o entendimento até aqui esposado, a autora Carla Rodrigues Araújo de Castro faz a diferenciação entre os crimes contra a honra, a saber:

A calúnia se diferencia da difamação através do fato que é imputado à vítima; no primeiro caso, o fato é definido como crime, no segundo, é ofensivo à honra. Exemplos: Renata disse que Tiago furtou a casa de sua vizinha (calúnia); Tiago afirmou que Renata costuma sair com vários homens numa só noite (difamação). Tanto a calúnia, como a difamação protegem a honra objetiva e para a sua consumação é necessário que terceira pessoa tome conhecimento do fato. Se

só o ofendido souber das agressões, não se consumará o crime. Diante disso, podemos afirmar que estes crimes podem ser praticados através de uma homepage ou em salas de bate-papo, nas conhecidas conversas on line. Exemplo: Renata constrói uma homepage e nela atribui a Tiago fato ofensivo à respectiva honra. Ora, a homepage pode ser visitada por qualquer pessoa conectada à Internet, sendo possível a qualquer internauta conhecer as ofensas. (CASTRO, 2003, p. 16)

Com o advento da Internet, os crimes contra a honra, entre tantos outros, passaram a se utilizar dos mecanismos e ferramentas tecnológicas disponíveis com o fito de disseminar e compartilhar rapidamente entre aqueles que se conectam por esse meio, o conteúdo de suas mensagens de modo a afetar a sua honra e decoro.

As explicações dos autores citados convergem no sentido de ter-se um crime uno, pois apesar de possuir abrangência difusa, quando o crime é praticado por meio da Internet, essa idéia será determinante para se definir a competência do juízo processante do delito contra a honra.

A prática das ações dos criminosos que propagam e cometem esse tipo de crime tem se alastrado pelo Brasil. Como na Internet não há necessidade de se identificar fielmente o seu usuário, este passa a ser um problema a ser enfrentado, conforme elucida o Inellas (2009, p. 111):

O primeiro problema a ser enfrentado, nos delitos cometidos por meio da Internet, é o da autoria, isto é, da identificação do autor da infração penal. Quase nunca, a pessoa que pretende cometer uma infração penal, utiliza sua identificação pessoal real. Normalmente, usa dados falsos. Daí, a importância da cooperação das Provedoras de Acesso, nesse tipo de investigação. Há casos em que o criminoso se faz passar por outra pessoa, mediante o uso indevido de senhas pessoais em sistemas informatizados, para delinquir.

[...] Na Internet, o usuário não é identificado visualmente ou através de documentos; identifica-se, apenas pelo endereço da máquina que envia as informações à Internet e o endereço da máquina que recebe tais dados. Tais endereços são os IP (Internet Protocol), que são códigos numéricos.

Depreende-se desse entendimento, que o problema da determinação da autoria daqueles que cometem delitos utilizando-se da Internet, de suas ferramentas e mecanismos perpassa todos os crimes de informática, na medida em que os seus autores se utilizam de códigos numéricos e podem se passar por outrem, dificultando sobremaneira a sua

identificação.

Nesse sentido, para Aranha (2005, p. 56), o crime de calúnia se caracteriza pela existência de 3 (três) requisitos distintos, a saber: “a) a falsidade da imputação; b) a imputação de um fato determinado; e c) o fato deve constituir crime”.

Referente ao primeiro requisito, falsidade da imputação, a acusação deve ser falsa. Quanto ao segundo requisito, imputação de um fato determinado, Aranha (2005, p. 57 apud HUNGRIA, 1983, p. 65) afirma que “o fato é determinado toda a vez que, através das palavras que o asseveram, orais, escritas ou impressas, quem quer que o tenha ouvido ou lido pode formar um juízo suficiente de sua consistência especial”. Decorre dessa afirmação que Nelson Hungria, apesar de não vislumbrar, à época, o boom da Internet, conseguiu abarcar ao fato calunioso, a possibilidade de ser perpetrado por palavras escritas, não interessando o meio, podendo, assim, materializar-se em mídia eletrônica. O terceiro requisito, o fato deve constituir crime, colaciona a necessidade de o fato determinado constituir crime, devendo estar previsto em nosso ordenamento jurídico.

Segundo Rossini (2004, p. 203-204), a classificação da calúnia como crime formal determina como foro competente o da ação do agente (teoria da atividade), conforme se extrai a seguir:

Por ser a calúnia crime formal, não se exige a efetivação do resultado externo à conduta do agente. O foro competente, portanto, é o da atividade, independentemente do efetivo dano, que é mero exaurimento, ou seja, o foro competente é aquele onde o agente proferiu a calúnia, independentemente de onde esteja o provedor, roteador etc., excetuando-se a regra do art. 73, do Código de Processo Penal.

Quando o autor afirma que o foro competente é o da atividade, percebe-se a divergência em relação à lei processual penal brasileira que adota a teoria do resultado, por força do art. 70 do CPP. O mais correto seria a adoção da teoria da ubiquidade que trata indiferentemente o lugar tanto da ação quanto o do resultado.

Outra questão trazida pelo autor como exceção, no art. 73 do CPP, diz respeito tão somente ao querelante, em caso de ação privada exclusiva, preferir o foro de domicílio ou residência do réu, desde que conhecido o lugar da infração.

Visando clarear a questão de como se dá o acesso à Internet para melhor entendimento da dinâmica do cometimento dos crimes informáticos, particularmente, os

crimes contra a honra, tem-se que o mesmo se dá por meio do endereço IP, como já visto, identificando o computador ou dispositivo eletrônico (smatphone, celular, tablet etc), porém a dinâmica dessa conexão ocorre através de uma Provedora de serviços de Internet. Inellas (2009, p. 111) explica de maneira clara como ocorre essa conexão entre usuário e a rede mundial de computadores, a saber:

Na Web, cada computador possui um endereço IP. É um número, formado

por um conjunto de algarismos, de 0 a 255, combinados em quatro octetos. Qualquer usuário de computador, que se conecte à Internet, deverá ter um endereço IP, teremos identificado o computador da Rede que abriga uma Provedora, Provedora essa, pela qual o usuário passou. Como o usuário da Internet realiza a comunicação entre as Redes, mediante um computador ou um roteador, somente poderá acessar a Internet, através de um equipamento denominado gateway, que permitirá chegar-se ao autor da infração penal. [...] todo usuário da Internet, acessa-a mediante a utilização de modem ou de gateway; consequentemente, deve possuir um endereço IP. Os usuários domésticos, normalmente utilizam um modem discado e seu endereço IP estará associado diretamente à sua estação ou ao equipamento que permite sua conexão à Internet. A conexão a uma Provedora de Acesso à Internet confere um endereço IP designado por um servidor DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol), ou seja, Protocolo de Configuração Dinâmica de Computador de Rede. Quando o usuário se conecta à Internet, automaticamente emite uma solicitação de endereço IP, que é atendida pelo servidor DHCP. O servidor DHCP registra a data, a hora e o nome do usuário cadastrado, em que foi concedido o endereço IP. A partir desse registro de dados, identifica-se o usuário que, mediante tal conexão à Internet, valeu-se dela para delinquir.

Convém, nesse momento, elucidar o conceito do que vem a ser gateway

para o pleno entendimento de como se dá o acesso à Internet. Para isso buscamos na obra de

Elizabeth D. Zwicky e D. Brent Chapman o significado do termo, a saber:

Um programa que lida com servidores externos em nome de clientes internos. Os clientes Proxy (de procuração) se comunicam com servidores Proxy, que retransmitem solicitações de clientes aprovadas para servidores reais e retransmitem as respostas de volta aos clientes. (ZWICKY, 2000, p. 106)

Então, a partir desse entendimento, gateway significa ser um dispositivo

intermediário que interconecta servidores externos e clientes internos a uma rede com o

objetivo de aprovar as solicitações de serviços feitos por cada cliente.

Tem-se, por conseguinte, a partir do acesso à rede mundial de computadores

a possibilidade de se perpetrar crimes contra a honra, publicando-se mensagens, textos,

palavras e dizeres que firam a honra e a dignidade das pessoas, vítimas desse tipo de delito.

39

### 2.3.2 Difamação

O crime de difamação encontra previsão no artigo 139, do Código Penal Brasileiro, a saber:

Difamação

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Exceção da verdade

Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções. Segundo a doutrina de Cunha (2010, p. 92), o crime de difamação possui as seguintes características e atributos:

Consiste na imputação (atribuição) de fato determinado que, embora sem revestir caráter criminoso, é ofensivo à reputação da pessoa a quem se atribui. Quanto ao meio de execução aplica-se o que estudado no delito anterior.

A honra, como assentado anteriormente (art. 138), é um bem jurídico disponível, servindo o consentimento do ofendido para tornar o fato atípico.

Depreende-se do exposto, que a difamação é um crime menos gravoso do que o crime de calúnia, pois se trata de ofensa não tipificada como crime. Além disso, este delito se consuma quando alcança o conhecimento por parte de terceiro, e independe de ocorrência de dano, por ser classificado como formal. Essa afirmativa encontra respaldo nos ensinamentos de Cunha (2010, p. 93): “O crime se consuma quando terceiro (ainda que um só) conhece da imputação desonrosa. É fundamental que a ofensa seja comunicada a terceiro. Trata-se de crime formal, consumando-se independentemente do dano à reputação do imputado”.

O crime de difamação possui, a exemplo do crime de calúnia, semelhante classificação segundo a doutrina de Guilherme de Souza Nucci, conforme já citado. Porém, a sua forma de consumação, segundo Nucci (2008, p. 654):

[...] considera-se o delito consumado quando a imputação infamante chega ao conhecimento de terceiro, que não a vítima. Basta uma pessoa estranha aos sujeitos ativo e passivo para se consumir a difamação. Se a atribuição de fato negativo for dirigida exclusivamente à vítima, configura-se a injúria, pois a única honra afetada seria a subjetiva.

40

Salienta-se que as considerações concernentes à classificação do crime de calúnia, já expostas, têm grande proveito para a determinação do juízo competente para processo e julgamento do referido delito, podendo ser aproveitadas para os crimes de difamação e injúria.

### 2.3.3 Injúria

O crime de injúria encontra previsão no artigo 140, do Código Penal Brasileiro, a saber:

#### Injúria

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

Pena – reclusão, de um a três anos e multa.

Além disso, a exemplo dos dois outros crimes abordados, calúnia e difamação, o crime de injúria obedece à semelhante classificação segundo a doutrina de Guilherme de Souza Nucci, conforme já citado. A sua forma de consumação, segundo Nucci (2008, p. 654): “[...] considera-se o delito consumado quando a ofensa chega ao conhecimento da vítima. Não é necessário que terceiro dela tome conhecimento”.

Portanto, o crime de injúria atinge a honra subjetiva da vítima, ofendendolhe a dignidade ou o decoro conforme se deduz do artigo 140, caput. A autora Carla Rodrigues Araújo de Castro explicita o crime de injúria e o diferencia em relação aos outros dois crimes contra a honra, afirmando o que segue:

No crime de injúria, o agente não imputa à vítima a prática de um fato, como na calúnia e na difamação, mas sim uma característica, qualidade, enfim, o conceito que o agente tem sobre a vítima. Exemplo: Tiago diz que Renata é preguiçosa e malandra.

O crime de injúria tutela a honra subjetiva, sendo suficiente para sua configuração que o ofendido tome conhecimento do fato. Assim, este delito pode ser praticado por e-mail, nas salas de conversas, nas homepages, nos sites etc. (CASTRO, 2003, p. 17)

Sabe-se, hoje, que as formas de cometimento do crime de injúria por meio da Internet são diversas, tais como: blogs, redes sociais (orkut, twitter, facebook, linkedin etc), homepages, sites, e-mails, e tantas outras formas que se desenvolvem dia-a-dia, valendo-se do avanço tecnológico e da facilidade da ocultação de seus autores.

A partir desse momento do trabalho, inicia-se a abordagem do assunto jurisdição e competência e determinação do lugar do crime contra a honra praticado por meio da Internet, aproveitando a exposição de temas desenvolvidos até este ponto. Tudo isso servirá como preparativo para adentrar-se a questão trazida pelo precedente CC 106.625 da lavra do eminente Ministro Arnaldo Esteves Lima.

42

### 3. CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS POR MEIO DA INTERNET E ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DE

#### COMPETÊNCIA

Por fim, a análise sobre a questão de jurisdição e competência para o julgamento de crimes contra a honra praticados por meio da Internet é o núcleo essencial desse trabalho para o qual destinamos esse capítulo, buscando na obra de José Frederico Marques, Roberto Chacon de Albuquerque e Guilherme de Souza Nucci as principais respostas e conceitos para aclarar questão tão controversa como competência e lugar do crime.

Ao fim deste capítulo, far-se-á análise do precedente CC 106.625 da lavra do Ministro Arnaldo Esteves Lima, que versa sobre conflito negativo de competência em suposto crime contra a honra por meio de uso da Internet.

#### 3.1 Conceito de Competência

Inicialmente, convém trazer o conceito do que vem a ser competência. Para isso, buscou-se auxílio na doutrina de Nucci (2008, p. 248), que afirma o seguinte: “Trata-se da delimitação da jurisdição, ou seja, o espaço dentro do qual pode determinada autoridade judiciária aplicar o direito aos litígios que lhe forem apresentados, compondo-os”.

Dessa forma, pode-se entender competência como sendo o limite da jurisdição. Esta “É o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos”, conforme expõe Nucci (2008, p.246).

Necessário ao entendimento de competência é o conceito do princípio constitucional do juiz natural que Nucci (2008, p. 85), assim, aduz:

“O Estado, na persecução penal, deve assegurar às partes, para julgar a causa, a escolha de um juiz previamente designado por lei e de acordo com as normas constitucionais (art. 5º, LIII, CF: “Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”). Evita-se, com isso, o juízo ou tribunal de exceção (art. 5º, XXXVII, CF), que seria a escolha do magistrado encarregado de analisar determinado caso, após a ocorrência do crime e conforme as características de quem será julgado, afastando-se dos

critérios legais anteriormente estabelecidos. A preocupação maior desse princípio é assegurar a imparcialidade do juiz, visto que, num Estado Democrático de Direito, é inconcebível que os julgamentos materializem-se de forma parcial, corrupta e dissociada do equilíbrio que as partes esperam da magistratura”.

Depreende-se do referido princípio a necessidade de se resguardar a independência do Poder Judiciário, de modo a afastar a ingerência dos demais Poderes e órgãos, bem assim não dar azo a interesses escusos e mesquinhos, além de não fomentar a corrupção e o tratamento injusto aos jurisdicionados.

Fala-se, ainda, em competência absoluta e relativa. Para Nucci (2008, p. 249-250):

Chama-se absoluta a hipótese de fixação de competência que não admite prorrogação, isto é, deve o processo ser remetido ao juiz natural determinado por normas constitucionais ou processuais penais, sob pena de nulidade do feito.

Chama-se relativa a hipótese de fixação de competência que admite prorrogação, ou seja, não invocada a tempo a incompetência do foro, reputa-se competente o juízo que conduz o feito, não se admitindo qualquer alegação posterior de nulidade. É o caso da competência territorial, tanto pelo lugar da infração quanto pelo domicílio ou residência do réu.

Importante ressaltar que para a determinação da competência penal, o magistrado e operadores do direito devam consultar a Constituição Federal, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Organização Judiciária do Estado e os Regimentos Internos dos Tribunais a fim de aplicarem corretamente o instituto da competência.

Outro aspecto que retrata a relevância do referido assunto é trazida por

Nucci (2008, p. 250), quando trata do possível abalo social causado pelo agente criminoso, a saber:

Por outro lado, é valioso lembrar que, no contexto penal, a regra principal é garantir a punição do autor da infração penal no lugar onde ela se realizou, até porque, assim, fazendo, mantém-se acesa uma das funções e finalidades da pena, que é o seu caráter intimidatório geral, ou seja, pune-se o criminoso para sinalizar à sociedade o mal que pode advir da prática do delito. E mesmo para aqueles que consideram somente o caráter preventivo geral positivo, isto é, que a pena é aplicada somente para reafirmar a efetividade e vigência do Direito Penal, não deixa de ser fundamental assegurar que tal se dê no local onde a infração penal concretizou-se. Afinal, onde houve o abalo causado pelo delito, busca-se aplicar a lei penal, reativando os valores positivos do Direito.

44

A sociedade precisa ter a percepção de que o infrator fora punido, após o cometimento do delito, a fim de que haja a paz social tão almejada pelo direito. Busca-se, com isso, extirpar o mal da sociedade, ajustando os que se desviam das leis e afligem os bens jurídicos a prestarem conta com o organismo social em que estão inseridos. Então, que o criminoso seja processado e julgado, preferencialmente, onde cometeu o crime.

Em síntese, deve-se determinar, a priori, o lugar da infração penal (*ratione loci*), determinando-se o local do crime, que será tratado no item a seguir.

### 3.2 Determinação do Local do Crime

Para o pleno entendimento de como se determinar o local do crime, devem-se reaver os conceitos de crime consumado e resultado, extraídos da doutrina de Gomes (2009, p. 397), a saber: “Crime consumado não é a mesma coisa que crime exaurido. Exaurimento ocorre em relação aos acontecimentos típicos posteriores à consumação do crime”.

Nesse sentido, os crimes contra a honra prescindem da ocorrência do resultado que é mero exaurimento do delito. Pode-se inferir que ocorrendo a conduta, ou seja, consumando-se o crime de calúnia, mesmo não havendo dano (resultado), o crime foi consumado, ou seja, ocorreu.

Logo, tem-se que a determinação do local do crime é questão nuclear para processo e julgamento de crimes praticados em solo pátrio.

Nesse sentido, Nucci (2008, p.251) afirma que:

O lugar da infração é, como regra, o foro competente para ser julgada a causa, pois é o local onde a infração penal ocorreu, atingido o resultado, perturbando a tranquilidade social e abalando a paz e o sossego da comunidade (*ratione loci*), como previsto no art. 70 do Código de Processo Penal.

Trata-se da regra geral interna para se determinar o local do crime perpetrado com vistas à apaziguar a comunidade envolvida.

Complementa Nucci (2008, p. 251), sobre a teoria adotada no Brasil, a saber: “Adotou o processo penal brasileiro a teoria do resultado, vale dizer, é competente para



apurar a infração penal, aplicando a medida cabível ao agente, o foro onde se deu a consumação do delito”.

A teoria do resultado exige para a sua aplicação que a lei brasileira seja aplicável ao caso concreto. Nesse sentido, há uma questão que é mencionada na doutrina e trata da possível existência de um conflito aparente de normas entre o art. 6º do CP e o art. 70 do CPP. Sobre essa discussão, Nucci (2008, p. 252) esclarece:

Menciona-se a existência de um conflito entre o referido art. 70 do Código de Processo Penal com o art. 6º do Código Penal, uma vez que este último preceitua ser considerado lugar do crime tanto o local onde se deu a ação ou omissão, no todo ou em parte, quanto o ponto onde se verificou ou deveria ter-se verificado o resultado. Assim, alguns chegaram a sustentar que, por ser lei mais nova (a última modificação da sua Parte Geral deu-se em 1984),

o Código Penal teria revogado tacitamente o art. 70 do Código de Processo Penal, que acolhe a teoria do resultado.

Não é essa a posição majoritária, que vê no referido art. 6º apenas um dispositivo para a aplicação da norma penal no espaço, isto é, quando o crime atingir mais de uma nação. Assim, reserva-se a teoria da ubiqüidade, adotada pelo Código Penal, para a hipótese do delito que se iniciou em um país estrangeiro e findou no Brasil ou vice-versa (é o chamado crime à distância). Com isso, resguarda-se a soberania brasileira para levar o agente a julgamento, desde que qualquer parte da infração penal tenha tocado solo nacional, constituindo um prestígio ao princípio da territorialidade. No mais, levando-se em consideração apenas delitos praticados, integralmente, dentro do território brasileiro, aplica-se o art. 70. O ideal seria que o legislador tivesse deixado bem clara essa posição, ao cuidar da redação do art. 6º do Código Penal, ao invés de deixar ao intérprete a tarefa de conciliar as normas em conflito meramente aparente.

Esclarecido o conflito aparente de normas, pode-se debruçar sobre a questão criminal oriunda do uso de tecnologias da informação, como publicação e criação de blogs, redes sociais. Estas tem por base e sustentáculo a Internet, e a determinação do local do crime é de fundamental importância para a fixação da competência para processar os seus agentes.

Segundo Albuquerque (2006, p. 63), o fenômeno do crime informático pode ser assim caracterizado:

O crime informático pode ser parcialmente praticado em um país e parcialmente em outro, ou mesmo em terceiros países. O iter criminis pode fragmentar-se em vários lugares, pertencentes a distintas regiões do mundo. Obstáculos tais como fronteiras territoriais ou a necessidade de presença física não são relevantes para a criminalidade informática. Três elementos distinguem-na da criminalidade tradicional: a velocidade com a qual o crime

é praticado; o volume de dados e/ou a quantia de dinheiro envolvidos; e a distância a partir da qual ele pode ser cometido.

Corroborando esse entendimento, tem-se que o alcance dessa nova modalidade de criminalidade possui abrangência difusa, não conhecendo fronteiras. Difusa, pois não há como determinar com precisão o caminho que o crime percorreu, servidores por que passou etc.

Os dados e informações que trafegam pela Grande Rede utiliza-se de dezenas de servidores até alcançar o destinatário da mensagem. A dificuldade em se determinar com precisão o caminho percorrido pelos pacotes de informação se deve a instantaneidade que ocorre durante o processo, alguns poucos segundos para cruzar as fronteiras entre países distantes.

O volume de dados é outra questão que dificulta o rastreamento quando tratamos esse tipo de crime, na medida em que são necessários aplicativos e ferramentas tecnológicas, além de computadores com alto grau de processamento e capacidade de memória, o que demanda investimentos contínuos no combate à criminalidade informática.

Além dos itens e aspectos citados, tem-se a questão da distância como fator dificultador para a determinação do local do crime, pois nesses crimes o conceito de distância física deu lugar à distância sem fronteiras físicas, remota, virtual, de acesso quase instantâneo.

Albuquerque (2006, p. 63), no que diz respeito à determinação do local do crime, afirma que “Para que seja determinado o local do crime, os autores e doutrinadores buscam nas teorias e princípios meios de contornar o problema”.

A problemática que envolve a determinação do local do crime informático é um pouco mais detalhada pelo autor, conforme segue:

[...] A determinação do local em que o crime foi cometido e a própria aplicação do princípio da extraterritorialidade, todavia, podem dar ensejo a dúvidas, no que diz respeito à criminalidade informática. Vários países procuram determinar o lugar do crime com fundamento na teoria da ubiqüidade, incluindo o Brasil. O crime como um todo pode ser considerado como tendo sido praticado no lugar onde se realizou qualquer um dos momentos do iter criminis. Apoiando-se na teoria da ubiqüidade, mais de um país pode considerar-se competente para julgar um crime informático. Para a teoria do resultado, o próprio lugar do crime é o lugar da produção do

resultado, o local onde as conseqüências ou os efeitos do crime se tornaram manifestos.

Que teoria deveria ser adotada para determinar que país tem jurisdição para julgar e processar crimes informáticos? [...] O país com jurisdição para julgar e processar crimes informáticos seria o país onde o autor do crime estava fisicamente presente, o país onde a prova pode ser mais facilmente coletada? Pode ser tecnicamente impossível determinar em que país os dados se localizavam antes de eles terem sido modificados. A transmissão de dados pode envolver tantas unidades soberanas que se termine por determinar o país onde as conseqüências ou os efeitos do crime se tornaram manifestos pela primeira vez de uma maneira exclusivamente fortuita.

(ALBUQUERQUE, 2006, p. 64)

As questões trazidas pelo referido autor demonstram a complexidade para se determinar a competência para julgar e processar os agentes que cometem crimes informáticos. De fato, a proximidade do local do delito facilita a coleta de provas para a sua instrução e posterior processamento. Por outro lado, a determinação do domicílio da vítima como a jurisdição escolhida é uma alternativa a ser considerada, porém não a principal, haja vista a facilitação na busca de provas pela sua proximidade ser fator preponderante na fase investigatória e processual da ação.

Considerando essas teorias que possuem aplicação na legislação penal brasileira, afirma-se que, para os crimes contra a honra cometidos pela Internet, a Teoria da Ubiquidade se justifica para se evitar a impunidade e definir-se a competência e foro de processo e julgamento do infrator.

Para reforçar a questão da aplicação da lei penal em todo o território de um Estado, afirma-se que a teoria da ubiquidade, no caso do Brasil, atende aos critérios de determinação da competência àqueles crimes que ultrapassam as fronteiras dos Estados, principalmente, nos casos que envolvem a utilização da Internet. Sobre essa questão, Carla Rodrigues Araújo de Castro pontua o seguinte:

A determinação do lugar do crime é fundamental para a aplicação ou não da lei brasileira e para a determinação da competência. O CP adotou a teoria da ubiquidade para delimitar o local do crime.

Art. 6º Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou devia produzir o resultado.

Assim, para que seja aplicada a lei brasileira, é necessário que o crime haja tocado o território nacional. Muito comum é o chamado crime à distância,

aquele em que a conduta é praticada fora do país e o resultado ocorre aqui, ou vice-versa.

A regra acima é aplicável aos crimes de informática. Destarte, é necessário identificar o local da ação e o do resultado; se ambos ou algum deles ocorreram no território nacional, o Brasil será competente. Todavia, se a ação foi praticada na França e o resultado ocorreu no (sic) Estados Unidos, a lei brasileira não será aplicada. (CASTRO, 2003, p. 14)

Depreende-se do exposto, pela autora citada, que a legislação penal comum é suficiente para se concluir pela aplicação do Código Penal Brasileiro, por força do art. 6º do CP, no caso de crimes de informática, devendo-se identificar o local da ação e do resultado; se algum deles ocorrer no Brasil, este será competente.

Porém, quando a autora afirma que “Assim, para que seja aplicada a lei brasileira, é necessário que o crime haja tocado o território nacional” (CASTRO, 2003, p. 14), vislumbra-se a seguinte questão: como entender que o crime haja tocado o território, em caso dele ser cometido no ambiente virtual, ambiente da Internet? Não deveria se aplicar esse termo.

Portanto, para crimes praticados por meio da Internet não há que se falar em território tocado, mas sim em acessibilidade da informação divulgada, publicada.

Corroborando esse entendimento, Peck (2002, p. 33-35) afirma o seguinte em relação ao conceito de territorialidade no mundo digital:

No mundo tradicional, a questão da demarcação do território sempre foi definida por dois aspectos: os recursos físicos que esse território contém e o raio de abrangência de uma determinada cultura. A sociedade digital rompe essas duas barreiras: o mundo virtual constrói novo território, dificilmente demarcável, e a própria riqueza assume um caráter diferente, baseada na informação, que, como vimos, é inesgotável e pode ser duplicada infinitamente.

[...] Ter presença virtual representa a responsabilidade de poder ser acessado por Indivíduos de qualquer parte do mundo.

A convergência, seja por Internet, seja por outro meio, elimina a barreira geográfica e cria um ambiente de relacionamento virtual paralelo no qual todos estão sujeitos aos mesmos efeitos, ações e reações.

Infere-se, então, que para crimes praticados por meio da Internet não há que se falar em território tocado, mas sim em acessibilidade da informação publicada nesse meio, por pessoas em qualquer parte remota do planeta.

Ainda, sobre a questão da determinação do lugar do crime, José Frederico

Marques traz à luz o embasamento necessário para consolidar o entendimento já exposto, a saber:

O lugar do crime, como acentuam os penalistas, não é importante apenas

para fixar a competência interna *ratione loci*, regulada pelo direito processual penal. Na determinação da competência geral, é também de grande relevo o assunto, pois a jurisdição nacional, quando subordinada ao princípio da territorialidade, tem sua base no *locus delicti commissi*.

Apesar de entenderem alguns que idênticos preceitos devem imperar no direito penal internacional e no direito processual interno, o certo é que, embora a matéria seja a mesma em um e outro, podem as leis discipliná-la diferentemente, não adotando para a competência interna as regras da competência geral. É o que acontece entre nós, conforme o revela o art. 70 do Código de Processo Penal. (MARQUES, 2000, p. 104)

Portanto, o entendimento para a determinação da competência, no âmbito penal, deve levar em conta o fato criminoso ter ocorrido em nosso território, tão somente, ou, de outra forma, ter sido perpetrado cruzando territórios de países distintos e soberanos. No primeiro caso, avoca-se a competência penal interna, utilizando-se do art. 70 e seguintes do Código de Processo Penal Brasileiro; de outro modo, no segundo caso, aplica-se as regras da competência geral, conforme preceitua o art. 6º da Lei Penal.

Marques (2000, p. 104-109), ainda, nos traz explicação sobre as teorias de determinação do local do crime:

Três orientações ou teorias existem sobre o assunto: a da ação, a do resultado e a unitária ou da ubiquidade.

De acordo com a teoria da ação, ou da atividade, relevante é o lugar em que

o agente pratica os atos de execução, lugar esse que geralmente coincide com aquele onde o sujeito ativo do crime se encontra no momento de sua atividade. Foi a teoria que contou, até pouco tempo, com o maior número de adeptos. Dentre seus sequazes hodiernos, e dos mais ardorosos e ilustres, encontra-se DONNEDIEU DE VABRES.

Pela doutrina do resultado, o *locus delicti* está onde se produz o evento. VON LISZT que adotava esta teoria, posteriormente a abandonou para ensinar que lugar do crime é o da ação, no momento em que se manifesta a vontade do agente.

A teoria unitária, que é a adotada pelo Código, e a que conta hoje com o maior número de adeptos, considera lugar do delito 'não só o da atividade do agente, do movimento corpóreo deste, mas também do resultado externo. É a

50

única cientificamente exata e praticamente satisfatória. É a única que evita as calamidades dos conflitos negativos de competência. (2000 apud COSTA E SILVA, 1949, p. 192)

A teoria unitária, ou de ubiquidade, é de grande alcance prático. Por ela, entende-se cometido o crime em todos os lugares em que se realizam ou produzem quaisquer dos atos ou efeitos compreendidos no tipo correspondente.

Conclui-se, portanto, a partir da doutrina de José Frederico Marques, que a teoria unitária ou da ubiquidade, hoje, de grande alcance prático, é consequência do processo de evolução da sociedade e consegue abarcar as situações decorrentes dos crimes informáticos sobre os quais este trabalho acadêmico se debruça.

A determinação do local do crime, como ficou demonstrado, requer do magistrado profundo conhecimento sobre a questão que envolve jurisdição e competência. Passa pela solução de conflitos entre os órgãos e membros do Judiciário e encontra previsão constitucional e legal para fundamentar as suas decisões.

Os assuntos e temas abordados até este ponto, neste trabalho, servirão de arcabouço teórico para se analisar, no item seguinte, o Acórdão CC 106.625, do Superior Tribunal de Justiça, que julgou o conflito de competência negativo envolvendo os Juízos Federais da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal e a 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo sobre notícia-crime pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 138 e 139, ambos do Código Penal.

### 3.3 Precedente CC 106.625

Ao fim deste trabalho, deve-se analisar o teor do precedente CC 106.625, a seguir:

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. NOTÍCIA-CRIME PELA SUPOSTA PRÁTICA DOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 20 E 21 DA LEI 5.250/97 (LEI DE IMPRENSA). LEI NÃO RECEPCIONADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ADPF 130/DF. APLICAÇÃO DOS ARTS. 138 E 139 DO CP E ART. 70 DO CPP. DUAS SEQUÊNCIAS DE FATOS DISTINTOS. PUBLICAÇÃO DE REPORTAGENS VEICULADAS NA REVISTA ISTOÉ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL DA IMPRESSÃO DA REVISTA. MATÉRIAS DISPONIBILIZADAS NO BLOG "CONVERSA AFIADA". COMPETÊNCIA DO LOCAL EM QUE PRATICADOS OS ATOS DE PUBLICAÇÃO. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PAULISTA.

1. Não recepcionada a Lei de Imprensa pela nova ordem Constitucional (ADPF 130/DF), quanto aos crimes contra a honra, aplicam-se, em princípio,

as normas da legislação comum, quais sejam, art. 138 e seguintes do Código Penal e art. 69 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. Na hipótese de crime contra a honra praticado por meio de publicação impressa de periódico, deve-se fixar a competência do Juízo onde ocorreu a impressão, tendo em vista ser o primeiro local onde as matérias produzidas chegaram ao conhecimento de outrem, nos moldes do art. 70 do Código de Processo Penal. Remanesce, na prática, o resultado processual obtido pela antiga aplicação da regra de competência prevista na não recepcionada Lei de Imprensa.

3. Crimes contra a honra praticados por meio de reportagens veiculadas pela internet ensejam a competência do Juízo do local onde foi concluída a ação delituosa, ou seja, onde se encontrava o responsável pela veiculação e divulgação de tais notícias.

4. Conheço do conflito para declarar competente o Juízo Federal da 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

O precedente baseou-se na notícia-crime que ocorreu com base em dois

fatos distintos: publicação de reportagens veiculadas na Revista IstoÉ e matérias jornalísticas disponibilizadas no blog “Conversa Afiada”.

Conforme consta do precedente, três notas foram publicadas em 2/9/08 e

9/9/09 no blog "Conversa Afiada" ([www.paulohenriqueamorim.com.br](http://www.paulohenriqueamorim.com.br)), mantido pelo

jornalista Paulo Henrique Amorim, configurando, supostamente, a prática dos crimes contra a honra, calúnia e difamação, previstos nos arts. 138 e 139, do Código Penal.

O voto do Relator trouxe o art. 42 da Lei de Imprensa que fixava a

competência territorial para os crimes lá previstos, a saber, in verbis:

Art . 42. Lugar do delito, para a determinação da competência territorial, será aquele em que for impresso o jornal ou periódico, e o do local do estúdio do permissionário ou concessionário do serviço de radiodifusão, bem como o da administração principal da agência noticiosa.

Parágrafo único. Aplica-se aos crimes de imprensa o disposto no art. 85, do Código de Processo Penal.

No entanto, em 30/04/2009, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente

a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental –ADPF nº 130/DF, de relatoria do

Ministro Carlos Ayres Britto, não recepcionando a referida Lei 5.250/67.

Na referida lei especial não recepcionada, os dispositivos que previam os

crimes de calúnia e difamação eram os seguintes, in verbis:

Art . 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena: Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.

§ 2º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

§ 3º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos.

Art . 21. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena: Detenção, de 3 (três) a 18 (dezoito) meses, e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

§ 1º A exceção da verdade sòmente se admite:

a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública;

b) se o ofendido permite a prova.

§ 2º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dêle.

Por conseguinte, em detrimento dos referidos dispositivos da lei não

recepcionada, o Relator da referida ADPF afirmou que deveriam ser “aplicadas as normas da

legislação comum, como o Código Civil, o Código Penal, o Código de Processo Civil e o

Código de Processo Penal às causas decorrentes das relações de imprensa”.

Dessa forma, o Relator do CC 106.625, Ministro Arnaldo Esteves Lima,

afastou a incidência da Lei de Imprensa às duas hipóteses e aplicou, ao caso, as normas típicas previstas no Código Penal, na espécie, os arts. 138 e 139.

Em decorrência dessa leitura, o Relator, também, aplicou as regras sobre a

competência prevista no art. 70 do Código de Processo Penal, que preceitua, in verbis: “A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução”.

O Juízo Federal da 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São

Paulo, ora suscitado, declinou da competência em favor de uma das Varas Criminais da



Subseção Judiciária do Distrito Federal, por entender que não constava dos autos informações sobre o local do domicílio do jornalista Paulo Henrique Amorim, autor das matérias jornalísticas publicadas no blog. Além disso, os jornalistas relacionados nas investigações,

53

Mino Pedrosa e Hugo Marques, possuíam domicílio em Brasília/DF, segundo os documentos acostados.

Por outro lado, o Juízo Federal da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, ora suscitante, aduziu que deveria ser aplicada a regra geral do artigo 70 do Código de Processo Penal, que recebeu acolhida do parecer da Subprocuradoria-Geral da República.

Neste caso, o STJ julgou o conflito de competência negativo envolvendo os Juízos Federais da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal e a 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo sobre notícia-crime pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 138 e 139, ambos do Código Penal.

Quanto à publicação de reportagens veiculadas na revista IstoÉ, decidiu-se pela competência do juízo do local da impressão da revista, tendo em vista ser o primeiro local onde as matérias foram produzidas. Assim, deu-se por competente a Justiça Federal do Estado de São Paulo para apreciar os eventuais crimes contra a honra.

Ademais, quanto às matérias disponibilizadas no blog "Conversa Afiada", objeto desse estudo, decidiu-se pela competência do local em que praticados os atos de publicação. Consta dos autos que o jornalista Paulo Henrique Amorim, responsável pela veiculação e divulgação das matérias na Internet, no blog "Conversa Afiada", encontrava-se na cidade de São Paulo/SP.

Portanto, segundo a decisão, fixou-se o local do suposto crime, aplicando-se a teoria do resultado, prevista no art. 70 do CPP, visto que o responsável pela divulgação das reportagens se encontrava na cidade de São Paulo, e lá possuía autonomia no gerenciamento das informações disponibilizadas na rede mundial de computadores, tendo em vista que nesta localidade é que ocorreram as publicações vedadas pelos tipos penais em apreço.

Dessa forma, concluiu-se que é competente a Justiça Federal Paulista para processar e julgar o caso, conhecendo do conflito de competência, o relator, Ministro Arnaldo Esteves Lima.

### 3.4 Análise do precedente CC 106.625

Depreende-se do voto do Relator que foi bem aplicada a teoria da ubiqüidade, afirmando ser aplicável a lei brasileira no caso em tela.

Assim, segundo o CP, art. 6º, aplica-se a teoria da ubiqüidade, para a determinação do lugar do crime, na legislação brasileira. Trata-se da regra geral a ser aplicada. No caso de crimes praticados por meio da Internet, não se vê muita dificuldade na conclusão de que a Lei Brasileira, por força do referido dispositivo do CP, se aplica, pois basta que a ação ou resultado ocorra no Brasil, daí ter-se a adoção da teoria mista.

Por outro lado, o Relator ao aplicar o art. 70 do CPP, aduziu que “a

competência para apreciação da notícia-crime deve ser fixada no lugar onde foi realizada a ação delituosa, na espécie, no local do ato de publicação das matérias jornalísticas”.

Neste caso, estar-se-ia aplicando a teoria do resultado, entendendo que a ação delituosa é a própria consumação da infração. Porém, em outro trecho, o Ministro Relator afirmou o seguinte:

Afinal, tal regra tem em vista que o processamento criminal ocorra no lugar da consumação do delito, já que ali haverá maior facilidade de obtenção de provas, a favorecer a maior exatidão possível na reconstituição dos fatos, com vistas ao princípios da celeridade e economia processual.

Por fim, o Relator explica que os crimes de informática, em sua maioria, por serem delitos formais, consumam-se no local onde foi realizada a ação delituosa.

Portanto, para os crimes formais não há necessidade do resultado naturalístico, por isso que a ação delituosa e a consumação do delito se confundem, haja vista

o resultado não ser necessário para a sua configuração. O resultado deve, aqui, ser entendido como mero exaurimento do crime.

Então, sendo aplicável a Lei Brasileira, o juízo competente será aquele preceituado no artigo 70, do Código de Processo Penal, que afirma ser competente o juízo do lugar em que se consumar o delito, ou, no caso de tentativa, do lugar em que for praticado o último ato de execução.

Ocorre que nos crimes praticados contra a honra por meio da Internet, por serem formais, não há necessidade de ocorrência do resultado naturalístico. Resulta de esse entendimento haver certa dificuldade de ordem conceitual na aplicação da teoria do resultado. O melhor seria adotar para a determinação do lugar do crime, nesses casos, a teoria da ubiquidade, que considera tanto a ação ou o resultado, indiferentemente.

Ademais, para que isso ocorra, necessário seria homogeneizar as duas regras, geral e interna, quanto à determinação do local do crime, e apontar a teoria da ubiquidade ou unitária ou mista como sendo a solução mais adequada para dirimir as controvérsias aplicadas ao caso concreto.

Outra questão que merece explicação é o que trata do mecanismo da Internet utilizado pelo autor do suposto delito, blog. Conforme já observado, no fim do capítulo 2, é uma das formas de se registrar notícias, imagens, no ambiente virtual que a Internet provê. Trata-se de um “diário da web” (weblog) em que os seus titulares procuram disciplinar o seu uso, e compartilhar um espaço virtual aos demais usuários, publicando textos, links, imagens correlacionados ao tema/assunto tratado, além de permitirem críticas e comentários.

Os blogs foram precursores das atuais redes sociais e como tal precisam de um equipamento ou dispositivo eletrônico que se conecte à Internet, podendo ser computador, smartphone, tablets, entre tantos outros, para que o seu usuário publique algo em seu espaço virtual, além de dispor dos serviços de banda larga de um provedor Internet.

Este foi o meio utilizado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim para publicar matéria jornalística, supostamente caluniosa e difamatória, objeto do precedente aqui analisado.

Conforme já ressaltado pelo Relator do voto, afastou-se a incidência da Lei

de Imprensa aos fatos, haja vista a sua não recepção pela Constituição Federal e, aplicou-se, a priori, os arts. 138 e 139, do Código Penal à espécie.

Por conseguinte, a determinação da competência para julgar e processar o caso seguiu o preceituado no art. 70, do Código de Processo Penal, o comumente usado em casos dessa natureza.

A definição pelo Relator quanto à aplicação do CPP decorreu da fixação do momento da consumação dos fatos em análise, da propagação de seus efeitos e sua abrangência de propagação pelo território nacional.

Buscou-se estabelecer um foro único para se determinar a competência, diante da “eficácia difusa do ataque à honra de alguém”. Portanto, conclui-se com o voto do Relator que “o crime é uno, mesmo quando a notícia é divulgada em vários locais ou em estados diferentes”.

Conclui-se que a teoria utilizada pelo magistrado foi a teoria do resultado, entendido este como momento da consumação, preceituado na legislação processual penal pátria. Ocorre que o Relator afirmou que “os crimes contra a honra são crimes formais, pois não exigem para a sua consumação a ocorrência de resultado naturalístico”. Portanto, a teoria do resultado não seria a melhor solução para o caso, mas a teoria mista ou da ubiquidade que considera ser tanto a ação, como o resultado, um ou outro, determinantes para se chegar ao local do crime.

Além disso, acrescenta que “a competência para apreciação da notícia-crime deve ser fixada no lugar onde foi realizada a ação delituosa, na espécie, no local do ato de publicação das matérias jornalísticas. Ressalta-se, também, sob o prisma prático, que é nesse local que as provas poderão ser coletadas com maior precisão e facilidade”.

De outro modo, o Relator, observa que a ação delituosa é a que é determinante para a fixação do lugar do crime. Novamente, pela doutrina majoritária, tem-se que resultado e consumação são conceitos diferentes, e que, neste ponto, o jurista faz uso da teoria do resultado conforme aponta o art. 70 do CPP, entendendo o resultado como mero exaurimento do crime.

Dessa forma, a fim de mitigar a complexa questão de fixação do lugar do crime, pelo Juízo, para se determinar a competência penal para processo e julgamento de crimes praticados contra a honra por meio da Internet, sugere-se homogeneizar as regras, geral e interna, adotando-se a teoria da ubiquidade ou mista para a determinação do lugar do crime, em ambas as legislações, penal e processual penal.

Isto tornará mais fácil o trabalho do magistrado na fixação da competência para tratar questões correlatas a essa estudada.

Outra questão a ser considerada é o conceito para o termo publicação que se busca do capítulo 1 do presente trabalho, a saber: “Publicação [...] 3. Na linguagem jurídica, pode ter o sentido de [...] b) ato de levar um fato ao conhecimento de todos, divulgando-o para torná-lo público e notório”. (DINIZ, 2006, p.1016)

Acrescenta-se a esse conceito o de publicação eletrônica com o uso da Internet que se extrai de Sabbatini (1999, p.1 apud Stanek, 1995):

Por publicação eletrônica, entende-se qualquer tecnologia de distribuição de informação em uma forma que possa ser acessada e visualizada pelo computador e que utilize recursos digitais para adquirir, armazenar e transmitir informação de um computador para outro.

Sabe-se, hoje, que, não apenas o computador, mas qualquer equipamento ou dispositivo eletrônico que se conecte à Internet e que possua aplicativos capazes de armazenar e transmitir textos, jornalísticos ou não, se prestam a esse serviço.

Portanto, publicar (de forma eletrônica ou eletronicamente) seria tornar acessível a todos que possuam acesso à Grande Rede, informação, sob a forma de textos, imagens, vídeos, links, dentre outros, utilizando-se de computador ou algum outro equipamento ou dispositivo eletrônico que se conecte à Internet.

Trazendo a decisão que consta no voto do Relator do precedente, ora analisado, de que o autor da veiculação e divulgação das matérias na Internet, no blog “Conversa Afiada”, jornalista Paulo Henrique Amorim, encontra-se na cidade de São Paulo/SP, tem-se que:

Assim, deve-se fixar a competência da eventual persecução penal, no local onde se encontrava o responsável pela divulgação das reportagens, ou qual possui autonomia no gerenciamento das informações disponibilizadas na rede mundial de computadores, tendo em vista que nesta localidade é que ocorreram as publicações vedadas pelos tipos penais em apreço.

58

Por fim, o Relator conhece do conflito e declara a competência do Juízo Federal da 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo para julgar e processar o caso em tela.

Depreende-se da decisão do precedente analisado, que o sistema brasileiro padece de alguns problemas. Nesse contexto, aponta-se uma deficiência na redação do texto que trata da competência pelo lugar da infração, art. 70, caput, CPP, in verbis:

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

§ 1º Se, iniciada a execução no Território Nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

§ 2º Quando o último ato de execução for praticado fora do Território Nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.

§ 3º Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Aqui se privilegia a teoria do resultado, adotada por nossa legislação processual penal, que possui aplicação interna em nosso país. Todavia, com o advento dos crimes informáticos, particularmente, os crimes informáticos impróprios, que são aqueles cometidos utilizando-se as tecnologias de informação e comunicação na busca de seu resultado, a dificuldade em se definir o limite da jurisdição para processar e julgar o crime torna-se deveras complexo.

Pois, conforme o voto do Relator é necessário fixar “a competência para apreciação da notícia-crime no lugar onde foi realizada a ação delituosa, na espécie, no local

do ato de publicação das matérias jornalísticas”. Porém, a questão que se levanta diz respeito à aplicação da teoria do resultado, entendido aqui, o resultado como sendo o momento da consumação do delito, que, neste caso, é o ato de publicação das matérias jornalísticas supostamente caluniosas e difamatórias.

Nesse sentido, tem-se que a competência seria o local de domicílio do réu onde fora publicada a notícia, entendido este como local da consumação dos supostos delitos.

Conclui-se, portanto, que o Acórdão está correto, pois o crime contra a honra é formal. Dessarte, consuma-se no momento da conduta. Ademais, considera-se praticado a conduta no momento da publicação das matérias jornalísticas.

Por outro lado, pode-se propor a teoria da ubiquidade, sendo competente tanto o local da publicação das informações ou matérias jornalísticas supostamente delituosas, como o local do exaurimento, entendido este como o local em que a vítima entende ter sido ofendida, basicamente o lugar em que tomou conhecimento da ofensa.

Diante disso, sugere-se acrescentar um artigo após o art. 70 do CPP, art. 70A, visando conferir maior objetividade ao juiz na determinação do lugar do crime praticado contra a honra utilizando-se a Internet, a saber:

70-A. Lugar do delito, para a determinação da competência territorial, em crimes contra a honra praticados por meio da Internet, será aquele em que for publicado o texto desonroso ou da ocorrência do seu exaurimento.

§1º Considera-se publicado o texto desonroso no lugar em que ocorrer a divulgação ou distribuição de informação, por meio de qualquer tecnologia de transmissão e distribuição, em uma forma que possa ser acessada e visualizada por qualquer pessoa utilizando-se de computador ou qualquer outro dispositivo eletrônico acessível por meio da Internet.

§2º Considera-se local do exaurimento aquele em que a vítima entende ter sido ofendida, basicamente o lugar em que tomou conhecimento da ofensa.

Merece ser destacado que, criando-se esse dispositivo na lei processual penal, ter-se-ia uma maior objetividade quanto à aplicação da teoria do resultado, pelo magistrado, quando se tratar de casos que envolvam crimes contra a honra praticados por meio da Internet. Esta passaria a ser a regra interna a ser adotada.

Cabe-nos, ao fim desse trabalho acadêmico, esclarecer que nos restringimos, tão somente, a analisar o conflito de competência para o julgamento do fato relacionado à publicação de matéria supostamente caluniosa e difamatória no mencionado blog, pelo seu autor, afastando-nos dos demais temas do precedente, tais como o mérito da não recepção pela Constituição Federal da Lei de Imprensa, bem assim a publicação de reportagens veiculadas na Revista IstoÉ, por fugirem ao escopo proposto.

## CONCLUSÃO

As grandes revoluções e mudanças por que passaram o mundo refletiram na formação do Estado moderno tal qual se encontra hoje. Viver em sociedade demanda uma ordem jurídica fundada em princípios que valorizem a vida pós-moderna.

Nesse intento, o advento da Era da Informação trouxe benefícios e malefícios à humanidade. A informação passou a representar a mais-valia nesse mercado global. Por outro lado, como malefícios, surgiram os ilícitos cometidos com o uso das tecnologias da informação e comunicação, particularmente, a Internet.

Não obstante o avanço e evolução das instituições do Estado, os crimes informáticos passaram a desafiar esse mesmo Estado e seu corpo social, pois, passaram a ser perpetrados, com o uso dessas tecnologias, aproveitando-se de sua instantaneidade, ocultação da autoria do agente, do seu alcance e do prejuízo causado.

Este cenário complexo passou a demandar dos magistrados grande esforço para julgar e processar crimes cometidos por meio da Internet, sobretudo, quanto a determinar a competência penal para julgar e processar crimes contra a honra.

O tema escolhido para este trabalho mostrou-se, ainda, desafiador, mormente, pela sua vanguarda e inexistência de legislação específica, bem como pelos debates doutrinários envolvendo o tema para elucidar as controvérsias existentes.

Na abordagem feita no presente estudo, buscou-se alcançar, nos principais doutrinadores que tratam do referido assunto, homogeneidade em suas afirmações, porém como fora visto, tal não ocorreu.

Logo no início desse trabalho, procurou-se conceituar o que vem a ser Internet, bem assim como se dá o seu funcionamento.

Em seguida, a questão que envolve a imputação ou não da responsabilidade às empresas provedoras de serviços de conexão à Internet que, como fora visto, são concentradores do mundo virtual, que abrem e fecham portas aos usuários da Grande Rede.

Inferiu-se que, a priori, poderiam ou não ser responsabilizadas por abrigar em seus servidores o conteúdo criminoso. Isto dependeria se sua atuação é similar aos operadores de telecomunicações ou de editores responsáveis pela hospedagem, publicação e produção de conteúdo na Internet. No primeiro caso, não deveria ser responsabilizado. Porém, no segundo, caberia responsabilidade criminal ao provedor.

Outro assunto que mereceu destaque nesse trabalho foram as redes sociais, entendidas aqui como novas formas de consumação de crimes contra a honra cometidos por meio da Internet. Abordou-se a sua capacidade de divulgação, o conceito de comunidade virtual e os conflitos oriundos dessas relações virtuais. Além disso, o crescimento de sites de relacionamento social, como o Orkut, o Twitter e o Facebook ganharam expressão em uso e passaram a expor as vidas das pessoas e a se consolidarem como novas formas de consumação de crimes contra a honra praticados na Grande Rede.

A conceituação dos crimes de informática ocupou posição de relevo neste trabalho, a ponto de construirmos, com base nos conceitos aqui estudados, um próprio: crime de informática seria todo ato delituoso cuja conduta, caracterizada pela ação ou omissão, utiliza-se de computadores e/ou periféricos, ou, ainda, dispositivos eletrônicos tais como celulares, smartphones, tablets que acessem a Internet, e causem, como resultado, prejuízo a algum bem jurídico tutelado pela legislação penal.

A classificação, diferenças e conceituação dos crimes contra a honra também foram aqui espostos buscando padronizar o entendimento sobre os referidos delitos e suas novas formas de consumação pela Internet, a partir do que prevê a legislação penal, processual penal e a doutrina especializada no tema.

Nesse sentido, afirmou-se que o momento da consumação dos crimes contra a honra praticados por meio da Internet, por serem formais, e não exigirem resultado

naturalístico ocorre no momento da conduta delituosa. No caso analisado, isto se deu no momento da publicação das notícias supostamente caluniosas e difamatórias no blog.

No último capítulo, conceituou-se competência, jurisdição e as teorias adotadas no Brasil para a determinação do local do crime, balizando-se nas doutrinas de José Frederico Marques e de Guilherme de Souza Nucci. Além disso, analisou-se o precedente CC

106.625 cujo Relator foi o Ministro Arnaldo Esteves Lima, membro do Superior Tribunal de Justiça.

Suscitado o conflito de competência pelo Juízo da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal em relação ao Juízo Federal da 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, o primeiro aduziu ser a regra geral do Código de Processo Penal, artigo 70, o dispositivo correto a ser aplicado ao caso concreto. Tese esta acolhida pela Subprocuradoria-Geral da República e pelo Ministro Relator do voto vencedor, Arnaldo Esteves Lima.

Nesse sentido, conforme a análise do voto do Relator no precedente retrocitado, aplicou-se a teoria do resultado para a fixação do lugar dos supostos crimes, entendido aqui, o resultado como sendo o momento da consumação do delito, que, neste caso, foi o ato de publicação das matérias jornalísticas supostamente caluniosas e difamatórias.

Assim, tem-se que a competência seria o local de domicílio do réu onde fora publicada a notícia, entendido este como local da consumação dos supostos delitos.

Conclui-se, portanto, que o Acórdão está correto, pois o crime contra a honra é formal. Dessa forma, consuma-se no momento da conduta. Ademais, considera-se praticado a conduta no momento da publicação das matérias jornalísticas.

A partir desse caso concreto, verificou-se que o sistema brasileiro, no caso da determinação do lugar do crime, ainda, padece de alguns problemas. Então, sugeriu-se, como melhorias, que as regras geral e interna de nossa legislação, art. 6º do Código Penal, e art. 70 do Código de Processo Penal, passassem a adotar a teoria da ubiquidade ou mista para a fixação do local do crime contra a honra por meio da Internet, considerando, para isso, tanto

o local da ação, como do resultado, indiferentemente.

Além disso, propõe-se a criação de um artigo, após o art. 70 do CPP, que seria o art. 70-A, com o fito de conferir maior objetividade ao juiz na determinação do lugar do crime praticado contra a honra utilizando-se da Internet e, por conseguinte, na fixação da competência para o processo e julgamento do referido tipo penal.

Nesse sentido, o presente estudo apontou alternativas possíveis para a problemática trazida, procurando elucidar alguns conceitos técnicos que permeiam o mundo virtual, cotejando-o com o mundo jurídico, neste particular, com o direito penal e processual penal.

Por fim, esclarece-se que não se buscou esgotar o extenso e complexo assunto que envolve o tema desse trabalho, tampouco, trazer à tona verdades absolutas, pois o Direito não se ocupa de dogmas, mas de preencher lacunas e avançar junto à sociedade buscando a justiça e a paz social.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. A criminalidade informática. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. Crimes contra a honra. 3ª ed., rev., aum. – São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005.

ARAS, Vladimir. Crimes de internet: uma nova criminalidade. Disponível em: <[http://www.informatica-juridica.com/trabajos/artigo\\_crimesinformticos.asp](http://www.informatica-juridica.com/trabajos/artigo_crimesinformticos.asp)>. Acesso em: 30 julho 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DecretoLei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DecretoLei/Del3689.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. Lei n. 9.472, de 17 de julho de 1997. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Brasília, 1997. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5250.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 130/DF. Relator: Ministro Carlos Ayres Britto. 30 abr. 2009. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=12837>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência n. 106.625. Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima. 12 mai. 2010. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200901364221&dt\\_publicacao=25/05/2010](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200901364221&dt_publicacao=25/05/2010)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução de Roneide Venâncio Majer. v. 1. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p. (Série A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. Crimes de informática e seus aspectos processuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

CORRÊA, Gustavo Testa. Aspectos jurídicos da internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. [on line]. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832005000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832005000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 10/06/2011.



CUNHA, Rogério Sanches. Direito penal: parte especial. 3. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010 – (Coleção ciências criminais; v. 3 / coordenação Luiz Flávio Gomes, Rogério Sanches Cunha).

DINIZ, Maria Helena. Dicionário jurídico. 2. ed. rev., atual. e aum. Obra em 4 v. – São Paulo: Saraiva, 2005.

GEUS, Paulo Lício de e NAKAMURA, Emílio Tissato. Segurança de redes em ambientes cooperativos. 2.ed. São Paulo: Futura, 2003.

GILES, Martin. Reportagem de capa: Um mundo de conexões: uma reportagem especial sobre redes sociais. Revista The Economist (Licenciado para CartaCapital). Tradução: Ed Seda. São Paulo: Editora Confiança, Ano XV, nº 583, p. 25-39, 17-fev-2010.

GOMES, Luiz Flávio Gomes e MOLINA, Antonio García-Pablos de. Direito penal: parte geral. v. 2. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009 – (Coleção ciências criminais; v. 2 / coordenação Luiz Flávio Gomes, Rogério Sanches Cunha).

INELLAS, Gabriel Cesar Zaccaria de. Crimes na internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm). Acesso em 18/09/2011.

MARQUES, José Frederico. Da Competência em matéria penal. Campinas: Millennium, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 5. ed. rev., atual. e ampl. 3. tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet: liberdade e informação, privacidade e responsabilidade civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PECK, Patricia. Direito digital. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSSINI, Augusto Eduardo de Souza. Informática, Telemática e Direito Penal. São Paulo: Memória Jurídica, 2004.

SABBATINI, Marcelo. As publicações eletrônicas dentro da comunicação científica.

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sabattini-marcelo-publicacoes-electronicas.html>. Acesso em: 11/09/2011.

ZWICKY, Elizabeth D., COOPER, Simon, CHAPMAN D. Brent. Construindo Firewalls para a Internet. Tradução [da 2ª ed. original] de Vandenberg D. de Souza. Rio de Janeiro: Campus, 2000.